
IMPACTO DAS REMESSAS DE EMIGRANTES NOS PAÍSES DE
ORIGEM – O CASO PORTUGUÊS

Marco Rodrigues de Sousa

Dissertação
Mestrado em Economia e Gestão Internacional

Orientado por
Prof. Dra. Maria Conceição Pereira Ramos

2018

“Breve vou à minha terra
Ver a minha vizinhança
E ver a minha família
A minha terra de criança”
Manuel A. Cascais

Nota Biográfica

Marco António Ferreira Teixeira Rodrigues de Sousa nasceu na cidade do Porto a 14 de Setembro de 1984. Viveu toda a sua infância e grande parte da sua adolescência no concelho de Montalegre no distrito de Vila Real.

Aos 18 anos ingressou na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique - no Porto efetuando a licenciatura em Economia assim como foi estudante no programa Erasmus na cidade de Varna na Bulgária. Concluiu posteriormente uma pós graduação em gestão e economia do turismo e hotelaria e outra em direção de empresas, ambas na Porto Business School.

Em termos profissionais já foi quadro de empresas como Gest.S., Banco BPI, Banco Santander, Goodyear Dunlop Ibéria, Golden Corporate e atualmente na multinacional americana HB Fuller no departamento de crédito, assumindo a posição de especialista de crédito sénior.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à minha família, especialmente aos meus pais e irmã por serem o meu porto de abrigo.

Em segundo, agradeço aos meus amigos, amigas e à minha orientadora pelo incansável apoio.

Em terceiro, agradeço às pessoas e lugares por onde passei.

Em ultimo lugar mas não menos importante, agradeço a quem me tem ensinado e acompanhado, e que desde há dois mil anos guia todos aqueles e outros como eu “que acreditam sem terem visto”.

Resumo

No mundo global em que hoje vivemos, as remessas têm um papel preponderante na economia mundial dado que são um dos principais fluxos financeiros que ligam países e economias. As remessas são voláteis por natureza, dado que se definem por um conjunto de inúmeros rendimentos que são transferidos de pessoas que trabalham fora do seu local habitual de residência. As remessas podem ser utilizadas de diversas formas pelas famílias, desde o consumo pessoal ao investimento, da poupança bancária à garantia de melhores cuidados de saúde e educação, entre outros.

A análise e as suas implicações na economia têm sido amplamente estudadas ao longo do tempo devido ao facto de a economia mundial estar em constante mudança e por conseguinte os seus efeitos serem diferentes de país para país. Há uma necessidade crescente de examinar a interligação entre as variáveis que envolvem as remessas tais como os seus fluxos de entrada e saída, consumo privado, investimento, relações diplomáticas e de que forma influenciam o crescimento económico e o desenvolvimento.

Neste trabalho de pesquisa fez-se primeiramente um levantamento da literatura relevante para o estudo das implicações que as remessas de emigrantes têm na economia portuguesa e por fim demonstrou-se que existe um caminho a percorrer quanto ao seu aproveitamento e também quanto à valorização do seu potencial.

Portugal é considerado um país de emigração por excelência e faz todo o sentido analisar quais são as implicações das remessas dos seus emigrantes.

Palavras-chave: Desenvolvimento económico; Remessas; Portugal.

Abstract

In today's global world, remittances play a leading role in the world economy as they are one of the major financial flows connecting countries and economies. Remittances are volatile in nature, since they are defined by a set of numerous incomes that are transferred from people who work outside their usual place of residence. Remittances can be used in a variety of ways by households, from personal consumption to investment, from bank savings to ensuring better health care and education, among others.

The analysis and its implications for the economy have been extensively studied over time due to the fact that the world economy is constantly changing and therefore its effects differ from country to country. There is a growing need to examine the interconnection between variables involving remittances such as their inflows and outflows, private consumption, investment, diplomatic relations, and how they influence economic growth and development.

In this research, a collection of data from the literature relevant to the study of the implications of remittances of emigrants on the Portuguese economy was carried out. Finally, it was demonstrated that there is a way to go about their use and also about the valuation of their potential.

Portugal is considered a country of emigration par excellence and it makes sense to analyze the implications of remittances from its emigrants.

Keywords: Economic Development; Remittances; Portugal.

Índice

Nota Biográfica.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice.....	vii
Índice de Quadros.....	x
Índice de Figuras.....	x
Acrónimos.....	xi
Capítulo I – Introdução.....	1
1.1. Enquadramento e Fundamentação do Estudo.....	1
1.2. Principais Objetivos do Estudo.....	2
Capítulo II – Revisão de Literatura	3
2.1. Definição de Remessas.....	3
2.1.1. Formais vs Informais.....	4
2.2. Determinantes das Remessas.....	5
2.2.1. Perspectiva Microeconómica.....	5
2.2.2. Perspectiva Macroeconómica.....	7
2.3. Dimensão & Tendências das Remessas.....	7
2.4. Impacto das Remessas.....	10
2.4.1. Impacto microeconómico.....	10
2.4.2. Impacto macroeconómico.....	14
2.4.3. Impacto das Remessas no Desenvolvimento.....	18
2.4.4. Remessas Sociais	20
2.4.5. Políticas de Incentivo.....	21
2.5. Caso de Estudo –Portugal.....	24
2.5.1. Crescimento Económico e Desenvolvimento.....	25
2.5.2. Migração Portuguesa.....	26
2.5.3. Remessas da Emigração Portuguesa.....	28
Capítulo III – Metodologia.....	33
3.1. Visão Geral e Objetivos.....	33
3.2. Técnicas de Recolha de Dados e Ferramentas.....	33

3.3. População e Amostragem.....	34
3.3.1. Questionário.....	35
3.3.2. Entrevista.....	35
3.3.3. Dados Secundários.....	36
3.4. Considerações e Limitações.....	36
Capítulo IV- Análise de Resultados.....	37
4.1. Resultados - Questionário dirigido aos portugueses residentes no estrangeiro	37
4.2. Resultados - Questionário dirigido aos G.A.E.....	42
4.3. Resultados – Entrevista.....	46
Capítulo V – Conclusão.....	48
5.1. Principais conclusões.....	48
5.2. Perspectivas futuras.....	50
Referências Bibliográficas.....	51
Anexos.....	58
Anexo 1: Questionário dirigido aos portugueses residentes no estrangeiro (A).....	58
Anexo 2: Questionário dirigido aos G.A.E. (B).....	65
Anexo 3: Guião de entrevista.....	70
Anexo 4: Naturalidade.....	71
Anexo 5: Género.....	71
Anexo 6: Faixa etária.....	72
Anexo 7: Estado civil.....	72
Anexo 8: Tempo emigrado.....	72
Anexo 9: Situação profissional.....	73
Anexo 10: Sector de Atividade Económica.....	73
Anexo 11: Método de envio.....	73
Anexo 12: Percentagem de rendimento destinado para o envio de remessas.....	74
Anexo 13: Assiduidade de visita a Portugal.....	74
Anexo 14: Regresso definitivo a Portugal.....	74
Anexo 15: Municípios.....	75
Anexo 16: Sazonalidade do serviço.....	75
Anexo 17: Proveniência de quem solicita.....	76
Anexo 18: Perspetiva de regresso a Portugal.....	76
Anexo 19: Componente de Investimento.....	77

Anexo 20: Entrevista I.....	78
Anexo 21: Entrevista II.....	81

Índice de Quadros

Quadro 1: Possíveis impactos positivos e negativos das remessas.....	19
Quadro 2: Inventário preliminar de medidas políticas que visam o aumento do impacto do desenvolvimento nas remessas.....	22
Quadro 3: “Top Ten “ dos concelhos com maior volume de remessas 2016.....	31
Quadro 4: Perfil do emigrante português quanto ao envio de remessas.....	42
Quadro 5: Perfil dos G.A.E.....	45

Índice de Figuras

Figura 1: Fluxos de remessas para países de desenvolvimento baixo são maiores que a APD e mais estáveis que os fluxos de capital privado, 1990–2019.....	8
Figura 2: Estimativas e projeções de fluxos de remessas por regiões.....	9
Figura 3: Principais remetentes de remessas em 2017.....	10
Figura 4: Estimativas do nº total de emigrantes portugueses, 1960-2017.....	27
Figura 5: Remessas, 2000-2017 (milhões de euros).....	29
Figura 6: Depósitos de clientes nos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo: total e por tipo de cliente.....	30
Figura 7: Factor Dinamismo Relativo (Poder de Compra Concelhio).....	32
Figura 8: Países de Acolhimento.....	37
Figura 9: Nível Educacional.....	38
Figura 10: Frequência de envio.....	39
Figura 11: Motivo para o envio (determinantes).....	40
Figura 12: Aplicabilidade.....	40
Figura 13: Intenção de investimento no concelho de origem.....	41
Figura 14: Nº solicitações.....	43
Figura 15: Faixa Etária.....	44
Figura 16: Serviços solicitados.....	45

Acrónimos

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
FMI - Fundo Monetário Internacional
Eurostat - Gabinete de Estatísticas da União Europeia
APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento
UE – União Europeia
CCG - Conselho de Cooperação do Golfo
FDI (IDE em português) – Investimento Direto Estrangeiro
PIB – Produto Interno Bruto
SPV – Special Purpose Vehicle
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
NORAD - Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento
PRIO -Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz
GAID - Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora
GAE - Gabinete de Apoio ao Emigrante
DGACCP - Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
ONU – Organização das Nações Unidas
RNB – Rendimento Nacional Bruto
CEE – Comunidade Económica Europeia
INE – Instituto Nacional de Estatística
BP – Banco de Portugal
FDR – Factor Dinamismo Relativo

Capítulo I – Introdução

Através da presente introdução pretende-se dar uma perspetiva geral do trabalho de investigação realizado.

A primeira parte prende-se ao enquadramento e fundamentação do estudo assim como o evidenciar do seu principal objetivo. Na segunda parte procedeu-se a uma revisão da literatura de todas as possíveis vertentes implicadas no estudo. De seguida e tendo em conta o objecto de estudo, apresentou-se a metodologia a utilizar tendo em vista a obtenção de dados primários para posterior análise e tratamento. Na última parte procedeu-se a uma conclusão do trabalho de pesquisa nas suas mais variadas dimensões e abrangências.

1.1. Enquadramento e Fundamentação do Estudo

Segundo a *Encyclopædia Britannica* (2017) a definição de migração humana consiste na mudança permanente de residência por um indivíduo ou grupo; exclui movimentos como o nomadismo, o trabalho migrante, o deslocamento e o turismo, todos de natureza transitória. De acordo com a mesma fonte, as migrações humanas na história transformaram o aspeto das terras e continentes e a composição racial, étnica e linguística das suas populações. O mapa da Europa, por exemplo, é o produto de várias grandes migrações precoces envolvendo os povos germânicos, os eslavos e os turcos, entre outros. No decorrer de 400 anos - do final do século XVI ao século XX - as Américas, Austrália, Oceânia, a metade norte da Ásia e partes da África foram colonizadas por migrantes europeus. A migração no exterior da Europa durante esse período totalizou cerca de 60 milhões de pessoas.

Verificando-se este fenómeno no domínio da geografia humana tornou-se necessário estudar as suas implicações ao nível económico sendo que as remessas são o seu principal reflexo.

Assim, o seu estudo e debate surgem com uma importância relevante ao longo dos tempos, assumindo mesmo um plano de destaque em termos de fluxo financeiro internacional, sendo que o seu estudo é alvo de inúmeras entidades financeiras e económicas internacionais como o Banco Mundial, o FMI, a OCDE, entre outras.

Portugal, naturalmente “não foge à regra” às suas implicações, sendo que segundo dados recentes divulgados pelo organismo europeu de estatística, o Eurostat (2017), Portugal é o país europeu que mais dinheiro recebe de remessas e o segundo que mais dinheiro de remessas envia para países não europeus. Em termos gerais, Portugal é o 2.º país europeu com saldo mais positivo.

Este estudo será importante para perceber a dinâmica dos portugueses além-fronteiras e a forma de como se mantêm ligados economicamente ao seu país de origem através das suas remessas e qual o seu impacto em Portugal.

1.2. Principais Objetivos do Estudo

O derradeiro objetivo deste estudo é avaliar o impacto dos fluxos de remessas recebidos por Portugal e quais as suas repercussões a nível económico e social.

Para isso procedeu-se a uma revisão de literatura como forma de suporte para a metodologia a utilizar. Foi utilizado o método misto, em que por um lado fez-se uma investigação quantitativa através de inquéritos realizados quer a portugueses residentes no estrangeiro quer aos gabinetes de apoio ao emigrante distribuídos pelos vários municípios do país. Também se recorreu à investigação qualitativa através da realização de entrevistas a observadores privilegiados com conhecimento de causa do tema.

Capítulo II – Revisão de Literatura

2.1. Definição de Remessas

Ao longo dos tempos foram se sucedendo definições para a interpretação e compreensão do fluxo financeiro denominado por *remessas*. Entender o fenómeno não é uma tarefa simples, devido ao facto de não haver propriamente um consenso relativamente à sua definição e mensuração, sendo que vários autores interpretam o fenómeno de forma diferente (Radha, 2006). Um dos primeiros a defini-lo foi Sander (2003, p. 3) dizendo que remessas é:

“Dinheiro enviado de um indivíduo ou domicílio para outro. As remessas internacionais são aquelas enviadas por trabalhadores migrantes que deixaram o seu país de origem. As remessas domésticas são aquelas enviadas por trabalhadores migrantes que deixaram a sua aldeia ou vila para trabalhar noutra local do seu país de origem (por exemplo, êxodo rural; por vezes também referidas como remessas nacionais).”

A partir da definição de Sander temos imediatamente duas perspetivas, uma de transferências de um país para outro por migrantes, outra de transferências internas de migrantes no seu próprio país. Esta não uniformização na *definição de remessas* é a razão pela qual muitas vezes não é fácil medir o valor das *remessas* havendo formas diferentes de interpretação de país para país, de região para região (Taylor and Fletcher 1999).

Não podemos assumir que existe uma única definição de remessas, podemos mesmo dizer que existem várias formas de as interpretar. No entanto, podemos assumir que a definição tida como padrão foi a dada na sexta edição do Manual da Balança de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (2009), em que define *remessas* como “pagamentos transfronteiriços de relativo baixo valor, regra geral de uma forma pessoalizada por migrantes”. O FMI refere que a inclusão da expressão “pagamentos transfronteiriços” remete diretamente para o que muitas vezes chamamos de *remessas internacionais*.

Uma outra distinção é ao nível das consideradas remessas individuais ou de famílias e as chamadas remessas de comunidade. Quem chama a atenção para esta situação é Goldring (2003) que salienta:

“As práticas associadas ao envio de dinheiro “para casa” estão imbuídas de normas, obrigações e / ou laços afetivos que estão vinculados a processos de formação da identidade, género e socialização, que estão enraizados na vida social (de parentesco, parentesco fictício, amizade, etc.) e processos relacionados à construção de comunidade, etnia e nação” (Goldring, 2003, p. 9).

Hoje em dia, o envio “para casa” já não tem o mesmo significado que no passado dado que no mundo globalizado em que vivemos os laços familiares e de amizade também se vão globalizando. Resumindo, podemos dizer que as remessas internacionais são rendimento familiar proveniente de economias estrangeiras, vindo de movimentos migratórios com enfoque temporário ou permanente para o respetivo país de origem.

2.1.1. Formais vs Informais

Uma das principais questões que o mundo académico debate sobre o tema das remessas é a forma de como são efetuadas. A forma de como são efetuadas e por conseguinte contabilizadas, é essencial para uma posterior análise e avaliação das mesmas.

Consideram-se remessas formais as que entram num determinado país através dos canais bancários oficiais, já as remessas informais são aquelas que ocorrem com transferências de dinheiro via canais privados não registados. Remessas informais incluem dinheiro trazido por amigos, familiares, ou pelo próprio para o país de origem.

A contabilização das remessas informais é uma tarefa bastante complicada sendo praticamente impossível mensurar a dimensão das mesmas.

Um dos principais trabalhos académicos com o objetivo de mensurar as ditas remessas informais foi realizado por Freund e Spatafora (2005) através de conhecimentos obtidos a partir de literatura sobre “economia paralela”, tendo assim estimado as remessas informais em mais de 100 países em desenvolvimento. Os resultados sugeriram que as remessas informais representam entre 35% e 75% das remessas formais para os países em desenvolvimento. Os resultados também sugerem que o tamanho das remessas informais

varia de acordo com a geografia, em que por exemplo na Europa de leste e em África o peso das remessas informais é alto ao contrário da zona do sudoeste asiático e pacífico. Em suma, a identificação da forma de como as remessas são efetuadas (canais) são fundamentais para a mensuração das mesmas e por conseguinte para poder medir o seu impacto.

2.2. Determinantes das Remessas

É importante sublinhar que nem todos os imigrantes enviam remessas para o país de origem e, de igual modo, nem todos os agregados familiares dos migrantes recebem remessas. O comportamento remitente varia, dependendo, entre outras coisas, da idade, educação, ocupação, emprego, motivação para remeter, género, dimensão da família, acesso ao crédito e anos a residir fora do país de origem.

Existe um grande número de literatura que se debruça sobre o motivo pelo qual os migrantes decidem enviar as remessas para o seu país de origem. Regra geral, a maior parte da literatura refere motivos para o envio de *remessas* muito similares independentemente do autor.

2.2.1. Perspectiva Microeconómica

Uma das primeiras referências a uma visão microeconómica das determinantes para o envio de remessas foi Lucas e Stark no seu estudo “Motivations to Remit: Evidence from Botswana” (1985) em que argumentam que grande parte da literatura antes do seu estudo considerava apenas o puro altruísmo como o único motivo para remitir.

Lucas e Stark no seu estudo questionam o puro altruísmo como único determinante no envio de remessas, já que não conseguiram encontrar evidências de que as remessas fossem maiores para as famílias de baixos rendimentos.

Consideram uma teoria completamente oposta, a que chamam de puro interesse próprio. As três principais razões que consideraram foram:

- 1) O migrante remete porque tem em vista herdar e as remessas aumentam as hipóteses de ser favorecido na linha de herança.
- 2) Uma segunda explicação possível é que o migrante dedica-se a investir em ativos no país de origem, os quais a família gere.
- 3) Uma terceira razão que é a mais clássica é que o migrante remete com a intenção de

voltar para casa. Isso pode estar ligado à razão anterior de investir em ativos como terrenos ou maquinaria, ou apenas enviar para ter a certeza de que é bem-vindo em casa. Especialmente se a pressão social para remeter for alta. O ponto principal é que o migrante está a enviar dinheiro porque, em última instância, é para benefício de si mesmo.

Além disso, consideram uma terceira teoria, a que chamaram de altruísmo moderado ou interesse próprio esclarecido, em que as remessas são consideradas como um “arranjo contratual intemporal e mutuamente benéfico entre o migrante e o lar”. (Lucas e Stark, 1985, p. 904). Aqui a componente de investimento e de risco são as principais componentes. As remessas podem, por exemplo, pagar investimentos em educação (por princípio e por interesse). A educação é frequentemente cara nos países em desenvolvimento, mas compensa a longo prazo. No entanto, uma vez que os pais têm de suportar uma grande parte dos custos, eles também esperam receber de volta o que investiram. Esse arranjo é, portanto, benéfico tanto para os pais quanto para a criança, contanto que os investimentos sejam pagos da mesma forma eventualmente como remessas.

Assim, em jeito de sumarização e de acordo com um estudo elaborado para o Parlamento Europeu, *The Impacts of Remittances on Developing Countries (2014)*, as remessas estão inseridas numa realidade complexa e conduzidas por diferentes tipos de vínculos socioeconómicos entre o remetente e o destinatário, havendo diferentes motivos para remeter. Os mais recorrentes são:

- 1) Motivos de “segurança”, em que as remessas são vistas como fontes potenciais de receita para assegurar às famílias contra choques externos (parte de uma estratégia de disseminação de risco);
- 2) Motivos de “altruísmo”, que pressupõem que os migrantes remetem por causa de laços emocionais com parentes nos países de origem (Karpestam, 2009);
- 3) Motivos de 'interesse próprio' (Agunias, 2006), que cobrem propósitos de investimento ou empreendedorismo, bem como consumo pessoal, considerando as remessas como meio de superar a falta de oportunidades e uma inclusão financeira deficiente;
- 4) Frequentemente desconsiderados, os “arranjos contratuais” e o “poder de negociação” dentro de uma família ou agregado familiar (Stark, 1991), por exemplo, o

trabalhador migrante no exterior reembolsa as dívidas que a família acumulou para pagar a migração ou faz pagamentos baseados num acordo feito com a família antes de migrar.

2.2.2. Perspectiva Macroeconómica

De acordo com um artigo de John Page e Sonia Plaza (2006), vários estudos descobriram que o fluxo de remessas está positivamente correlacionado com o crescimento dos países de acolhimento. A situação do rendimento e do emprego no país de origem das remessas afeta o rendimento disponível do migrante, bem como o comportamento de poupança, os quais afetam o tamanho das remessas (FMI, 2005).

O custo de vida no país do beneficiário também é um fator importante que afeta a decisão de envio de remessas de um migrante. Pesquisas sugerem que o mesmo remetente pode reduzir os fluxos para destinos onde o custo de vida é menor.

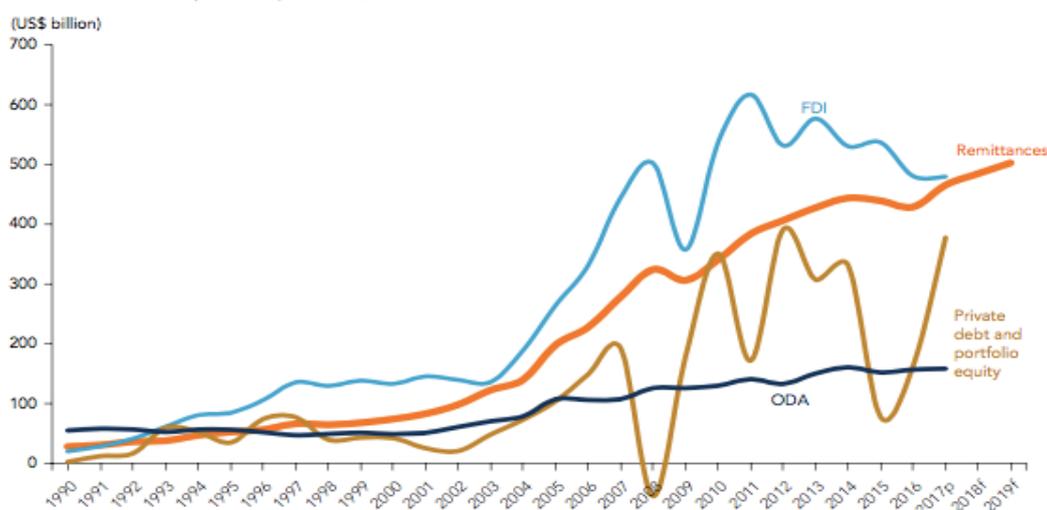
O mesmo artigo refere que estudos recentes apoiam a hipótese de que os envios de remessas possam responder às crises do país de origem (Hysenbegasi e Poza, 2002). À medida que a situação do país se deteriora, os números de emigração podem aumentar e as remessas aumentam. Kapur e McHale (2003), Kapur (2004) constataram os efeitos da crise económica no Equador no final dos anos 90 sobre o aumento das remessas recebidas que duplicaram, de US \$ 643 milhões, em 1997, para US \$ 1,4 bilhão em 2001. A crise asiática nas Filipinas demonstra como os movimentos da taxa de câmbio podem afetar a quantidade de remessas. Yang (2004) e Yang e Choi (2005) concluíram que a apreciação da moeda de um migrante em relação ao peso filipino leva a um aumento no montante de remessas recebidas do exterior.

2.3. Dimensão & Tendências das Remessas

De acordo com o *Migration and Development Brief 29 (2018)*, do Banco Mundial, vivemos tempos conturbados em fluxos migratórios. A principal razão é a crise de refugiados provocada por conflitos armados em diversos pontos do globo, tendo sido atingido o número de mais de 18.5 milhões de refugiados (cerca de 7% num total de 258 milhões de migrantes internacionais). Em fluxo de remessas estima-se um crescimento de 8.5% para 2017 face ao ano transato para todo o mundo atingindo \$613 bilhões de dólares americanos, sendo assim maior que a APD e mais estável do que os fluxos de capital privado. Este

crescimento contrasta com os 2 últimos anos de declínio sendo em boa parte justificado pelo crescimento económico dos Estados Unidos da América, da UE e da Rússia. Este crescimento acentua-se se a moeda for o dólar Americano devido ao fortalecimento do euro, da libra inglesa e do rublo russo face à primeira.

Figura 1: Fluxos de remessas para países de desenvolvimento baixo são maiores que a APD e mais estáveis que os fluxos de capital privado, 1990–2019



Fonte: Estimativa do Banco Mundial; Indicadores de desenvolvimento mundial¹

Nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – destino de eleição para migrantes com baixas qualificações oriundos do oriente e sul do continente asiático – políticas de aperto fiscal devido ao abaixamento dos preços do petróleo e políticas de desencorajamento no recrutamento de mão-de-obra estrangeira provocaram uma diminuição no fluxo de remessas destes países.

Conforme o mencionado anteriormente, espera-se que em 2017 haja um crescimento nas remessas de 8.5% face à 2016 para os países em desenvolvimento situando-se em cerca de \$466 bilhões de dólares americanos. Esta projeção negativista justifica-se por 3 motivos: riscos associados aos bancos de correspondência (empresas financeiras especializadas no envio de remessas); sentimentos anti-imigração e política de migração restritiva.

¹ Nota: FDI (IDE em português) = Investimento Direto Estrangeiro; ODA (APD em português) = Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Figura 2: Estimativas e projeções de fluxos de remessas por regiões

	2010	2014	2015	2016	2017p	2018f	2019f
	(\$ billions)						
Low and middle income	341	444	440	429	466	485	503
East Asia and Pacific	96	121	126	123	130	135	140
Europe and Central Asia	38	52	41	40	48	51	53
Latin America and Caribbean	57	65	68	74	80	83	87
Middle-East and North Africa	39	54	51	49	53	56	57
South Asia	82	116	118	110	117	120	123
Sub-Saharan Africa	30	37	36	34	38	41	43
World	468	598	582	573	613	642	667
Memo item:							
Developing countries (FY 2016 income classification)*	335	436	432	422	457	475	493
	(Growth rate, percent)						
Low and middle income	11.2	3.8	-1.0	-2.4	8.5	4.1	3.7
East Asia and Pacific	19.4	4.9	3.9	-2.6	5.8	3.8	3.6
Europe and Central Asia	4.9	-5.2	-21.6	-2.4	20.9	6.0	4.8
Latin America and Caribbean	2.6	4.9	6.1	7.5	8.7	4.3	4.2
Middle-East and North Africa	18.2	7.2	-5.3	-4.8	9.3	4.4	3.3
South Asia	9.4	4.5	1.5	-6.1	5.8	2.5	2.6
Sub-Saharan Africa	9.7	5.0	-2.5	-4.6	11.4	7.0	5.6
World	8.4	3.7	-2.6	-1.5	7.0	4.6	3.9

Fonte: Banco Mundial²

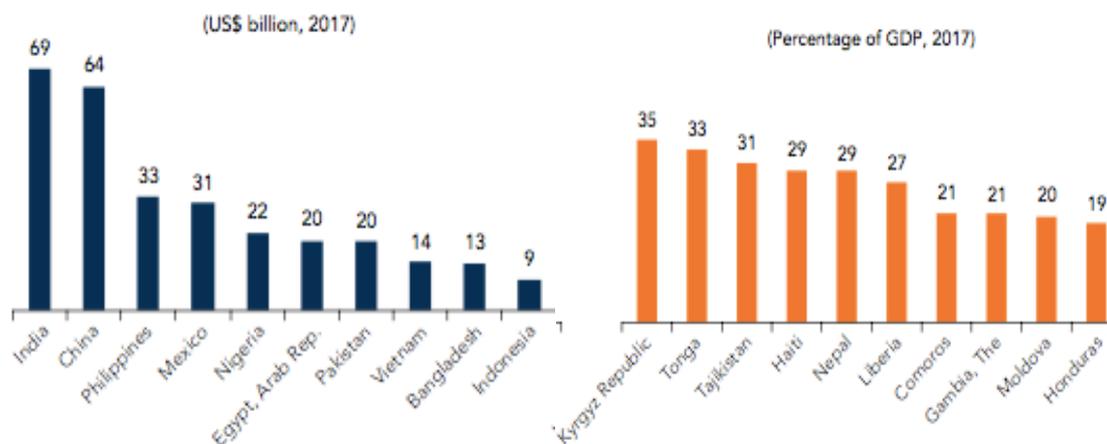
Sentimentos anti-imigração têm-se tornado cada vez mais frequentes, afetando diferentes países quer em termos de rendimento quer a nível geográfico. Acredita-se que este tipo de sentimentos influenciou decisivamente os resultados do referendo sobre a permanência ou não do Reino Unido na UE - processo político conhecido como o “Brexit”- assim como o resultado das recentes eleições americanas. Nos países da UE, há uma percepção generalizada de que as migrações são um dos principais desafios da sociedade.

Segundo o mesmo relatório *Migration and Development Brief 29 (2018)*, prevê-se que as remessas para os países da África Subsariana tenham aumentado 11.4% em 2017 face ao ano anterior, em boa parte devido à desvalorização do Naira (moeda da Nigéria) face às principais moedas mundiais. Na América Latina e Caraíbas espera-se um forte crescimento situado nos 8.7% para 2017 e na Europa e Ásia Central um crescimento de 20.9% face ao ano anterior. Para 2017 estimou-se que os principais recetores de remessas em termos absolutos foram a Índia, a China, as Filipinas, o México e a Nigéria.

² Nota: p = provisório; f = previsão.

* Classificação de rendimento anterior: este grupo exclui a Guiné Equatorial, a Federação Russa, a República Bolivariana da Venezuela e a Argentina, que foram classificados como países de rendimento alto anteriormente. Esses países estão incluídos no grupo de países de baixo e médio rendimento na tabela.

Figura 3: Principais remetentes de remessas em 2017



Fonte: FMI; Indicadores de Desenvolvimento Mundial; Estimativas do Banco Mundial.³

Em percentagem do PIB os líderes mundiais recetores de remessas são essencialmente países mais pequenos como a República do Quirguistão, Tonga, Tajiquistão, Haiti, Nepal e Libéria.

2.4. Impacto das Remessas

Neste ponto irá ser abordado o impacto das remessas a nível económico por um lado e por outro ao nível do desenvolvimento. A realçar que a nível económico irá ser feita a distinção primeiramente dentro de uma perspectiva microeconómica e de seguida numa perspectiva macroeconómica.

2.4.1. Impacto Microeconómica das remessas

- Pobreza e Desigualdade

Dos impactos que mais exaustivamente foram analisados é a forma de como as remessas podem ou não diminuir a pobreza e de como atenuam as desigualdades a nível de rendimento nos países recetores. No que toca à pobreza, existem vários estudos que apontam para uma redução da mesma nas famílias que usufruem de remessas. No entanto,

³ Os principais países recetores incluem vários países de alto rendimento, como França e Alemanha (não mostrados na figura), mas como uma parcela do PIB (produto interno bruto), os fluxos de remessas para esses países são insignificantes.

o impacto ao nível das desigualdades de rendimentos não é tão consensual dado que as próprias remessas fomentam em parte as desigualdades no país de origem, podendo dizer-se que quem usufrui de remessas tem vantagem face aos que não recebem.

Um dos estudos mais abrangentes quanto à influência nos níveis de pobreza via remessas foi o de Adams e Page (2005) que usam resultados de inquéritos feitos em famílias de 71 países em desenvolvimento para analisar o impacto das remessas na redução da pobreza. Chegaram à conclusão de que em média, um aumento de 10% nas remessas internacionais num país em desenvolvimento, provocam uma diminuição de 3.5% nos níveis de pobreza num país desenvolvido. Verificaram também através do mesmo estudo que em média, um aumento de 10% de migrantes internacionais de um determinado país desenvolvido levava a um declínio de 2.1% nos níveis de pobreza.

No que toca à questão da desigualdade de rendimento, muitos estudos apontam para um fomento das desigualdades via remessas internacionais. O motivo é essencialmente o custo, uma vez que as migrações tendem a ter custos elevados (viagens, despesas burocráticas inerentes, alojamento e alimentação no país de destino e naturalmente o custo de oportunidade pelo facto de não estarem no seu país) sendo assim efetuadas por migrantes com rendimentos médios/altos. Por exemplo, numa pesquisa efetuada em famílias da Nicarágua, por Barham e Boucher (1998), verificou-se uma situação “contrafactual” em que o rendimento é imputado aos migrantes como se tivessem trabalhado no seu país incorporando assim o rendimento familiar. Consideraram que quando as remessas são incluídas no rendimento familiar, o coeficiente de Gini aumenta entre 12 a 15% (coeficiente de Gini é usado como medida para medir desigualdades ao nível de rendimento, indo de 0 a 1, sendo que 1 é desigualdade completa). A mesma metodologia foi utilizada por Adams (2005) para o Gana sendo que o mesmo coeficiente aumentou cerca de 3%.

As conclusões destes resultados foram postas em causa por McKenzie e Rapoport (2007) e Jones (1998). Segundo McKenzie e Rapoport (2007), comunidades com baixos níveis de migração internacional, o efeito inicial da migração internacional é aumentar as desigualdades, no entanto com o passar do tempo e aumentando os níveis de migração as desigualdades de rendimento tendem a diminuir. Já Jones (1998) constatou que à medida que a migração internacional aumenta, verifica-se uma diminuição da assimetria de

rendimentos entre o mundo rural e o mundo urbano dado que grande parte das migrações são provenientes do mundo rural.

- Investimento e Consumo

Uma das questões mais clássicas sobre as remessas internacionais é a forma como os migrantes gastam as suas remessas em bens de consumo (alimentos e bens de consumo) e qual a sua influência no fomento das economias locais. Outra questão é a forma de como os migrantes utilizam as suas remessas como forma de investimento (educação, imobiliário e negócios) e de que forma isso contribui para o desenvolvimento económico. O investimento em educação é visto como um factor importante para o desenvolvimento económico assim como o investimento em imobiliário é visto como uma melhoria das condições de vida quer para a eventualidade de ser utilizado pelo migrante quer pelo fomento do setor de construção no país de origem.

Chami *et al* (2003) a partir do seu estudo revelam que as remessas são utilizadas essencialmente de 3 formas: grande parte para um consumo orientado para o “status”; pequena parte para poupança ou investimento; e finalmente na forma de investimento mais típica como imobiliário, terra e joias.

No entanto, Adams e Cuecuecha (2010) a partir de dados obtidos de famílias na Guatemala chegaram à conclusão que as que recebem remessas gastam menos com o bem-estar (alimentação) e mais em educação e habitação. Esta conclusão leva a que se considere que as remessas elevam em grande parte o investimento em capital humano e físico.

Uma outra questão que se veio a descobrir a partir de um estudo de Woodruff e Zenteno (2007) é que a migração do México para os EUA está associada a um grande aumento (entre 35% a 40%) do nível de investimento de capital. Chegou-se à conclusão que uma boa parte do capital dos migrantes mexicanos é utilizado para fomentar o micro-empendedorismo no México.

Em jeito de conclusão, podemos assumir que a forma de como as remessas são utilizadas dependem muito quer das determinantes das remessas quer das expectativas dos migrantes.

- Força de Trabalho

É sabido que as remessas influenciam o mercado de trabalho nos países em desenvolvimento. Por um lado as remessas podem atuar como catalisador de empreendedorismo através de um fluxo de liquidez, por outro lado podem atuar como inibidor para participação no mercado de trabalho das famílias que usufruem de remessas se o valor recebido for na mesma ordem dos salários praticados no país.

Num estudo efetuado por Amuedo-Dorantes e Pozo (2006), no México, verificou-se que as remessas influenciam a decisão de trabalhar nas mulheres e nos homens. Na parte feminina chegaram à conclusão que a oferta de trabalho para mulheres tende a diminuir com o recebimento de remessas (mais propriamente em zonas rurais) dado que é utilizado como forma de “escapar” a empregos de baixa remuneração. Já na parte masculina, as remessas provocam que haja uma certa tendência para a procura de empregos na economia informal, com maior flexibilidade. Concluíram assim, que as remessas fomentam um declínio de emprego formal e um aumento no emprego informal em ambos os sexos.

Um outro estudo importante foi o efetuado por Mesnard (2004) na Tunísia em que se debruçou sobre a influência das remessas nos migrantes regressados. O autor conclui que os migrantes regressados aumentam a probabilidade de terem o seu próprio emprego a partir da utilização das remessas, sendo essa probabilidade aumentada caso o migrante tenha baixas qualificações.

- Capital Humano

A forma de como as remessas são utilizadas no capital humano tem uma grande influência no desenvolvimento humano, mais precisamente na educação e na saúde.

Podemos dizer que há um grande consenso que as remessas contribuem decisivamente na formação de capital humano no país de origem.

Edwards e Ureta (2003), a partir de um estudo em El Salvador, concluíram que o rendimento proveniente das remessas tem um impacto positivo na retenção escolar, nomeadamente nas áreas urbanas em que se verificou uma redução do risco de abandono escolar na ordem de 54% no ensino secundário. Gubert (2007) a partir de um estudo

efetuado no Mali chegou à conclusão que as remessas além de diminuir a pobreza permitem um investimento na educação.

No que toca a saúde, Mackenzie e Hildenbrandt (2005) numa pesquisa efetuada no México com dados demográficos de 1997, chegaram à conclusão que os lares de migrantes revelam menores taxas de mortalidade infantil comparando com os outros lares, assim como descobriram que os nascimentos de crianças em lares com migrantes em regra geral demonstram nascimentos com um peso superior. Este estudo também evidenciou que as migrações fomentam um maior conhecimento dos cuidados de saúde a partir da utilização das remessas abrindo assim novas questões sobre a influência das remessas e o aumento de conhecimento de cuidados de saúde disponíveis.

2.4.2. Impacto macroeconómico das remessas

É sabido que grandes fluxos (ou grandes aumentos) no nível de remessas podem gerar desequilíbrios nas taxas de câmbio, taxas de juros, balança de pagamentos e influenciar indiretamente as variáveis macroeconómicas. Devido em boa parte à sua cadência e ao facto de serem direcionadas essencialmente para as famílias trazem benefícios para a economia como um todo. No entanto, como qualquer fluxo económico, as remessas em certa medida podem por vezes provocar uma certa dependência da economia local (semelhante ao efeito por exemplo dos rendimentos provenientes de recursos naturais), podendo também afetar negativamente uma economia. Desta forma irei abordar de que forma as remessas influenciam a macroeconomia de um país.

- Fluxo estável (remessas)

Muitas vezes as remessas funcionam em contraciclo face à economia do país recetor muito devido ao facto de regra geral as remessas aumentarem no mesmo sentido dos fluxos migratórios, fluxos estes muitas vezes originados por instabilidade económica nos países de origem. Esta instabilidade pode ser motivada por crises financeiras, conflitos, desastres naturais, provocando assim desequilíbrios macroeconómicos.

Assim as remessas ajudam a suavizar o consumo e promovem a estabilidade económica.

A título de exemplo, Clarke e Wallsten (2004) observaram que após o furacão “Gilbert” na Jamaica verificou-se um aumento do fluxo de remessas funcionado em grande medida como uma ajuda internacional ou uma desaceleração económica como Kapur (2003) também assinalou. Yang (2004) demonstrou que as remessas enviadas para as Filipinas aumentaram após a crise financeira que o país enfrentou em 1997. Segundo o mesmo estudo, a desvalorização do peso filipino de 10% face às principais moedas levou a que se verificasse um aumento no fluxo de remessas reduzindo em 0.6% o índice de pobreza nas famílias migrantes. Curiosamente também encontrou evidências e efeitos positivos nas famílias sem membros migrantes devido ao aumento da atividade económica provocada pelas remessas.

- Credibilidade Externa

Um dos possíveis reflexos das remessas é o facto de ajudarem a imagem de um país em termos de *rating* de crédito pelo facto de poderem aumentar/facilitar o acesso a financiamento sendo alternativa ao acesso a financiamento.

Avendano, Gaillard e Nieto-Parra (2011) através de um artigo científico denominado “Are Working Remittances Relevant for Credit Agencies” estudaram o impacto das remessas em *ratings* soberanos de 55 países em desenvolvimento no período de 1993-2006. Primeiro, analisaram as determinantes dos *ratings* soberanos, inclusive os fluxos de remessas. Depois construíram um modelo empírico para os países que recebem remessas para observar o efeito das mesmas através de uma redução da vulnerabilidade da dívida e da volatilidade dos fluxos externos nos *ratings* da Fitch, Moody’s e na S&P. Em último lugar, atribuíram *ratings* a países da América Latina e das Caraíbas sem classificação em que os fluxos de remessas são altos. Concluíram que primeiramente não há um único modelo para avaliação do impacto das remessas nos *ratings* e que o impacto das remessas nos *ratings* é superior em economias mais pequenas em termos de produto interno.

- Financiamento Externo (via titularização das remessas)

Um outro impacto das remessas a nível macroeconómico é o acesso aos mercados de capital recorrendo à estruturação de técnicas de financiamento.

Segundo Ratha (2005), no artigo científico denominado “Leveraging Remittances for International Capital Market Access“, vários bancos em países em desenvolvimento como por exemplo o Brasil, conseguiram obter financiamento mais barato e a longo prazo a partir dos mercados de capital via titularização dos fluxos de remessas futuros.

De acordo com o mesmo artigo, a titularização das remessas normalmente envolve uma entidade tomadora de empréstimos (regra geral é uma entidade bancária) penhorando remessas futuras através de uma sociedade criada para o efeito (geralmente apelidada por SPV) emitindo assim dívida. Esta titularização produz produtos financeiros atrativos para um determinado tipo de investidores como por exemplo seguradoras, fundos soberanos, gestoras de patrimónios, etc. Como resultado, a entidade emissora de dívida acede automaticamente a mercados de capital a nível internacional com taxas de juro mais competitivas e com prazos mais dilatados. Além disso, estabelecendo um histórico de crédito com entidades que compram dívida, favorece a possibilidade de redução de custos de capital em futuras transações nesses mercados.

- Taxa de Câmbio e Balança Comercial

Grandes fluxos de remessas podem provocar apreciações nas taxas de câmbio e tornar menos rentável a produção de bens transacionáveis. Embora evidências empíricas sobre o efeito da entrada de divisas (remessas) numa economia sejam limitadas, é plausível que esse efeito exista e que seja significativo em algumas economias principalmente nas mais pequenas.

Assim, Lopez, Molina e Bussolo (2007), através do artigo científico “Remittances and real Exchange rate” tentaram demonstrar que evidências empíricas indicam que as remessas têm um impacto positivo nos indicadores de desenvolvimento nos países recetores. No entanto, quando os fluxos são muito grandes em relação ao tamanho das economias recetoras, podem trazer efeitos adversos como foi verificado em vários países da América Latina. O efeito mais negativo está na possibilidade de que uma apreciação na taxa de câmbio provoque uma perda de competitividade na transação de bens produzidos nessa economia. Chegaram à conclusão de que de facto as remessas podem provocar uma valorização significativa das taxas de câmbio influenciando assim a balança comercial dos países que recebem remessas.

Muitos autores consideram que este aumento da taxa de câmbio real provoca um efeito na economia denominado “doença holandesa” no país de origem, como por exemplo demonstrou Vargas-Silva (2006) no caso do México e Bourdet e Flack (2006) para Cabo Verde. Tal efeito só é possível se o país recetor de remessas se deparar com uma verdadeira subida da taxa de câmbio real, for um país industrializado até certo ponto e que exporte bens manufacturados. Caso contrário, o país tem de ser um país exportador de certos bens e serviços cujos custos de produção e os preços de venda aumentem devido à entrada de remessas.

- Crescimento Económico

Apesar de se considerar que as remessas têm um efeito positivo em termos microeconómicos via o aumento do bem-estar nas famílias, em termos macroeconómicos já não se verifica uma opinião tão positiva. Parte dessa opinião generalizada dá-se pelo facto de ser complicado evidenciar a influência das remessas nas componentes do produto interno de um país, sendo que a sua influência muitas vezes é somente notada a longo prazo através de saltos qualitativos ao nível da formação de capital humano (saúde e educação) gerando um incremento quantitativo ao nível do produto interno de uma determinada economia.

Esta evidência foi demonstrada através de um estudo efetuado por Chami *et al* (2005) abrangendo 113 países no período de 1970 a 1998 em que concluíram que as remessas internacionais têm um efeito negativo assinalável sobre o crescimento económico (ao nível do PIB). Esta conclusão através de uma variedade de modelos de efeitos fixos, encontraram uma relação negativa entre as remessas internacionais e o crescimento económico desses países ao longo de vários períodos temporais. Evidenciou-se que as remessas são mais uma compensação pelo mau desempenho económico dos países em questão do que propriamente uma contribuição para o crescimento económico.

No entanto, e contrariamente à ideia generalizada de que as remessas têm um efeito negativo no crescimento económico dos países, Mishra (2007), num estudo em que examinou o impacto da migração internacional sobre os salários no México, concluiu que a emigração tem um efeito positivo nos salários dos trabalhadores mexicanos no seu país. Evidenciaram que uma redução de 10% no número de trabalhadores devido à emigração

provoca um aumento de 4% no salário médio de um trabalhador qualificado. O mesmo não se evidencia em trabalhadores pouco qualificados, sendo que esses não são “premiados” pela emigração.

2.4.3. Impacto das Remessas no Desenvolvimento

Conforme vimos anteriormente no ponto “Dimensão e Tendências”, as remessas são a segunda fonte de financiamento externo para os países em desenvolvimento, à frente da ajuda pública ao desenvolvimento e atrás do investimento direto estrangeiro.

Desta forma, quer agentes políticos quer o mundo acadêmico começaram a interpretar as remessas como uma ferramenta para o fomento do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento.

Para isso, uma questão fundamental é haver uma definição padrão para *Desenvolvimento Econômico*, sendo que esta geralmente incluiu questões relativas com o elevar das condições de vida tendo em conta fatores como educação, saúde e rendimento.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desenvolvimento implica “criar um ambiente no qual a pessoa possa desenvolver todo o seu potencial combinando quer a sua componente produtiva quer criativa de acordo com as suas necessidades e interesses” (PNUD, 2001:9).

Historicamente, a ligação entre migração e desenvolvimento, e a relação entre remessas e desenvolvimento não tem sido devidamente estudada em termos académicos.

Um dos estudos mais mencionados na ligação entre as remessas e o desenvolvimento económico é o de Haas (2007) em que considera primeiramente que as migrações e as remessas são, em geral, parte de uma estratégia de disseminação de risco e cosseguro de vida das famílias em termos económicos. Considerou também que as migrações e as remessas também têm o potencial de melhorar o bem-estar, estimular o crescimento económico e reduzir a pobreza direta ou indiretamente. No entanto, concluiu que quanto à correção de desigualdades o resultado é ambíguo. Segundo o mesmo estudo, concluiu-se que apesar de se considerar que as remessas têm regra geral um efeito positivo nos indivíduos, famílias e comunidade, a migração e as remessas não funcionam como um “remédio” para a resolução dos problemas de uma determinada economia. Para isso, os Estados têm de implementar reformas sociais e económicas de forma a potenciar o efeito

positivo das remessas, contribuindo assim para o desenvolvimento económico. Em suma, segundo o autor, havendo políticas destinadas ao aumento do bem-estar, estabilidade económica, melhoria da segurança social e dos serviços públicos como a saúde e educação, contribuem decisivamente para um impacto positivo das remessas ao nível do desenvolvimento.

Um outro estudo importante devido à sua grande abrangência em termos de países (99) é o de Larsson e Ångman (2014). Este estudo teve como objetivo responder à questão de como as remessas afetam o desenvolvimento via índice de desenvolvimento humano como variável dependente. Os resultados indicaram que existe uma relação positiva entre as remessas e o nível de desenvolvimento humano nos países em desenvolvimento estudados.

Podemos concluir que o impacto das remessas pode variar de acordo com o país, região, comunidade, família ou indivíduo, bem como o seu efeito em termos económicos, social, cultural ou político. A maioria da literatura refere que as remessas são essencialmente fluxos financeiros privados destinados a atender às necessidades de indivíduos ou famílias.

Quadro 1: Possíveis impactos positivos e negativos das remessas

	Impacto Positivo	Impacto Negativo
Nível Macroeconómico	Reforço da balança de pagamentos	Deterioração da balança comercial via valorização da moeda
	Remessas são estáveis e atuam em contraciclo	Deterioração do “balanço social”
		Remessas tendem a diminuir à medida que os migrantes se vão acomodando nos países de acolhimento
		Dependência económica
Nível Microeconómico	Permite às famílias preencher necessidades básicas	

	Providencia oportunidade de melhores cuidados de saúde e educação aos mais jovens	
	Recurso de emergência	
	Recurso primordial de segurança social	
Nível local e de comunidade	Impulsiona a economia local	Aumenta as desigualdades entre famílias que recebem remessas e as que não recebem
	Financia projetos de desenvolvimento local	Inflação

Fonte: Elaboração a partir do quadro resumo de De Bruyn e Wets (2006)

2.4.4. Remessas Sociais

Nos últimos anos surgiu a necessidade de avaliar o impacto social das remessas de migrantes nos países de origem. O primeiro autor a debruçar-se sobre o tema foi Levitt (1998) que utilizou a terminologia “remessas sociais” referindo-se às estruturas normativas, sistemas de práticas e capital social que é transferido pelos migrantes do país de acolhimento para o país de origem. É indissociável que o fluxo financeiro das remessas é acompanhado por um certo “aculturação” em virtude do intercâmbio cultural que os migrantes vivem a partir do país de acolhimento.

As remessas económicas e sociais partilham algumas características conforme é apontado por Levitt e Lamba-Nieves (2011) num estudo efetuado na República Dominicana. Neste estudo, demonstraram que ambas podem ser individuais e coletivas, que podem ser transmitidas por contacto interpessoal ou via electrónica, e ter efeitos multiplicadores que vão para além do núcleo familiar ou local (geralmente vila ou aldeia). Os mesmos autores salientam que as remessas sociais podem ter um impacto negativo ou positivo para o recetor ao contrário das económicas em que o impacto é sempre positivo.

As remessas sociais têm um impacto mais dilatado no tempo que as remessas económicas moldando assim a sociedade. Isto decorre essencialmente através do retorno do migrante em que se verifica um cessar das remessas monetárias mas uma continuação das remessas sociais (decorrem da presença e influência do indivíduo no seu país de origem).

Um estudo efetuado por Jones (2011) sobre migração internacional na Bolívia, analisou variáveis como trabalho doméstico, consumo e níveis de investimento entre famílias “regressadas” e as “não regressadas” e demonstrou que existem diferenças entre elas a nível económico. Nas “regressadas”, verifica-se uma maior proporção de membros da família ativos (a trabalhar) e demonstram uma maior propensão para o empreendedorismo (efetuam também mais trocas comerciais). A explicação é que as remessas sociais na forma de “habilidades” e “novas formas de pensar” aprendidas no exterior, juntamente com uma maior participação na sociedade fornecem esta conclusão.

As remessas sociais também influenciam a participação política dos migrantes nos seus países de origem. Guarnizo *et al* (2003) comprovaram isso através de um estudo efetuado a migrantes colombianos, salvadorenhos e dominicanos nos Estados Unidos. Concluíram que migrantes com níveis educacionais mais elevados, com situação regularizada em termos de residência e maiores níveis de mobilidade económica estão associados a uma maior participação política. No entanto, uma maior participação política não significa propriamente progresso dado que se verificam regra geral assimetrias de poder e conflitos entre os concorrentes políticos podendo levar a que as remessas sociais tenham um impacto negativo. A participação e consciência política são influenciadas também mediante o país onde se encontra o migrante conforme demonstrou Rother (2009). Nesse estudo efetuado a migrantes filipinos em 3 países asiáticos, o autor encontrou um padrão de consciência e participação política em função do país de acolhimento dos migrantes filipinos.

2.4.5. Políticas de Incentivo

Neste ponto irei sumarizar medidas políticas que vários países implementam de forma a incrementar a captação de remessas de emigrantes. Existe a opinião generalizada que as remessas têm o potencial de melhorar o nível de vida das famílias recetoras e se bem monitorizadas podem conduzir ao desenvolvimento económico. Alguns países,

especialmente aqueles que têm uma boa parte da sua população a trabalhar no exterior reconheceram que as remessas providenciam uma melhoria do bem-estar assim como pode levar a um desenvolvimento económico havendo coordenação de políticas económicas.

Existem vários fatores que impedem a eficácia dos fluxos de remessas tanto nos países recetores como emissores, que precisam ser considerados na constituição de políticas e na regulação pretendida de forma a fomentar os fluxos formais de remessas e por conseguinte aumentar o seu uso produtivo. Esses fatores foram resumidos por Russel (1995) e incluem: ambiente político estável, taxa de inflação baixa, taxas de câmbio baixas no mercado negro, aumento das taxas de juro domésticas, desvalorização da moeda, segurança na transferência de remessas e serviços bancários adequados nos países de acolhimento.

O estudo desenvolvido por Jørgen Carling (2004) resume em grande medida as diversas políticas que visam a captação de remessas de emigrantes. Esse estudo intitulado “Remessas de migrantes e cooperação para o desenvolvimento”, foi financiado pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD) e realizado no Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz, Oslo (PRIO). O autor resumiu as medidas políticas de incentivo à captação e aproveitamento das remessas de emigrantes assim:

Quadro 2: Inventário preliminar de medidas políticas que visam o aumento do impacto do desenvolvimento nas remessas.

Objectivo	Medida
Captação de remessas tendo em vista o desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Tributação de emigrantes • Deveres e taxas sobre as transferências de remessas • Verificação voluntária para iniciativas de caridade (sobre a forma de transferência)
Fomento de transferências através de canais formais e / ou fomento a disponibilidade capital	<ul style="list-style-type: none"> • Títulos de remessa • Contas em moeda estrangeira • Contas de taxas de juros diferenciadas

	<ul style="list-style-type: none"> • Promover / viabilizar transferências através de instituições de micro finanças • Promover a literacia financeira / proporcionar conta bancária a quem não tem
Fomento do investimento em remessas	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação por meio de infraestrutura de instituições de micro finanças • Divulgação através de agências de serviço dos migrantes • Isenções fiscais sobre bens de capital importados • Regimes de PME (financeiros, infraestruturais ou inovadores) • Programas de formação
Divulgação às cooperativas de migrantes / associações do país de origem 2	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento Combinado • Empreendimentos público-privados • Licitação competitiva para projetos de desenvolvimento
Influenciando padrões de consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o consumo de bens e serviços locais • Permitir que os migrantes gastem em nome dos seus familiares
Assegurando remessas futuras	<ul style="list-style-type: none"> • Promovendo a migração contínua • Promover o transnacionalismo / gestão da diáspora 3

Fonte: Elaboração a partir do quadro resumo de Carling (2004)

Portugal recentemente tem direcionado esforços no sentido da captação e aproveitamento das remessas como são exemplo o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (G.A.I.D.) e os Gabinetes de Apoio ao Emigrante (G.A.E.) espalhados em diversos municípios do país.

De acordo com a informação disponibilizada pelo *Portal das Comunidades Portuguesas*, enquanto que o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora “está vocacionado para identificar, apoiar e facilitar o micro e pequeno investimento com origem nas Comunidades Portuguesas e Luso-descendentes dirigido a Portugal, acompanhar projetos em curso ou em perspectiva e estimular e orientar as iniciativas de internacionalização de empresas de base regional, da referida dimensão.”, os Gabinetes de Apoio ao Emigrante “resultam de Acordos de Cooperação entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) e as Câmaras Municipais, estabelecidos através de protocolos celebrados entre as duas entidades e que assentam em dois princípios base: a disponibilidade para o atendimento e a proximidade ao utente.”. Convém salientar que o “envolvimento do poder local resulta do facto de 90% dos nacionais que regressam a Portugal se fixarem na Freguesia donde partiram, sendo as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, os seus pontos de referência.”

Recentemente decorreram algumas iniciativas do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora como por exemplo o “I Encontro de Investidores da Diáspora – Sintra 2016” e no ano seguinte “II Encontro de Investidores da Diáspora – Viana do Castelo 2017”. Já em 2018 iniciou-se o “I Encontro Intercalar de Investidores da Diáspora – Praia da Vitória, Terceira, Açores 2018”. Quanto aos Gabinetes de Apoio ao Emigrante, a 1 de julho de 2018 encontravam-se protocolados 141 GAE: 137 com Câmaras Municipais e 4 com Juntas de Freguesias. Dos 141 GAE protocolados, 120 estão funcionamento, encontrando-se os restantes em fase de instalação.

2.5. Caso de Estudo - Portugal

Neste ponto será efetuada uma breve análise à economia portuguesa de forma a contextualizar o tema das remessas no caso de estudo em questão. Os pontos-chave de análise neste ponto serão o crescimento económico e o desenvolvimento, a migração portuguesa e as remessas em Portugal.

2.5.1. Crescimento Económico e Desenvolvimento

Portugal tornou-se uma economia diversificada e cada vez mais baseada em serviços desde a sua adesão à Comunidade Europeia, em 1986. Ao longo das últimas décadas vários governos foram privatizando empresas detidas pelo Estado liberalizando vários setores da economia, nomeadamente o sector financeiro e das telecomunicações. Portugal é um dos 12 países fundadores da moeda única tendo começado a sua circulação a 1 de janeiro de 2002.

De acordo com dados provenientes de várias organizações de supervisão e estudos económicos como por exemplo o Banco Mundial, a economia portuguesa teve um crescimento acima da média europeia durante parte da década de 80 e grande parte da década de 90, no entanto após a entrada do novo milénio a economia portuguesa recuou face à média europeia praticamente até aos dias de hoje.

Em 2017, Portugal conseguiu crescer acima da média europeia, convergiu para 78% do PIB per capita da UE ao registar uma taxa de crescimento económico de 2,7%, a mais elevada no século XXI, situando-se o PIB per capita nos 18 736 euros segundo dados obtidos através da base de dados *Pordata*.

Historicamente o grande obstáculo para o crescimento económico e para a produtividade é o facto de Portugal possuir um sistema educativo insuficiente. Acresce o problema que a economia portuguesa se debate com a concorrência de países com mão-de-obra a baixo custo (Europa de Leste e Ásia) afetando negativamente a economia portuguesa via investimento direto estrangeiro.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pela ONU (a revisão do índice foi divulgada em 2017, com dados referentes ao ano de 2016), Portugal ocupa o 41º lugar do ranking a nível mundial num quadro de 188 países. Portugal tem um IDH de 0.843 pontos, o que o coloca no conjunto de países com índice de desenvolvimento considerado muito alto.

Entre 1990 e 2015, o valor do IDH de Portugal aumentou de 0.711 para 0.843, um aumento de 18.5%. Entre 1990 e 2015, a esperança de vida à nascença de Portugal aumentou 6,9 anos, a média de anos de escolaridade aumentou 2,7 anos e os anos de escolaridade esperados aumentaram em 4,8 anos. O RNB per capita de Portugal aumentou cerca de 29,1% entre 1990 e 2015.

2.5.2. Migração Portuguesa

Ao longo da sua história Portugal tem sido um país de emigrantes. A primeira grande vaga pode-se dizer que começou com os descobrimentos portugueses durante os séculos XV e XVI. O império português assentava em grande parte em postos comerciais espalhados pelas costas do continente africano, asiático e americano.

A emigração portuguesa em grande escala dos portugueses começou na segunda metade do século XIX e continuou até aos anos 80. Durante o século XX emigraram cerca de 2.6 milhões de portugueses sendo este número somente ultrapassado pela Irlanda em termos europeus segundo Baganha, M.I. (2003). No final do século XX deu-se uma mudança desta tendência muito devido à transição para um regime democrático em 1974 e pelo crescimento económico obtido em grande parte pela entrada na Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) em 1986.

Regra geral o principal motivo para a emigração, pelo menos no século XX, foi económico, dado que Portugal foi quase sempre dos países mais pobres da Europa ocidental. A economia do interior de Portugal assentava em grande parte numa agricultura de subsistência e praticamente sem indústria, sendo que o êxodo rural e a emigração surgiram como uma oportunidade para uma vida melhor. Houve também um motivo extremamente importante que influenciou a saída de portugueses do seu país na segunda metade do século XX que foi a guerra do ultramar, em que o serviço militar era obrigatório originando assim a fuga de portugueses para o estrangeiro (somente do sexo masculino). Esta emigração provocou mudanças significativas na sociedade portuguesa devido a uma menor participação dos homens na força de trabalho, originando assim uma participação e emancipação das mulheres através do mercado de trabalho.

Os emigrantes no estrangeiro absorveram os costumes e práticas dos países de acolhimento, e regra geral, tornaram-se mais abertos e pluralistas devido ao nível de desenvolvimento económico dos países em questão. As remessas enviadas pelos emigrantes portugueses tornaram-se essenciais para o funcionamento da economia portuguesa quer em termos microeconómicos quer a nível macroeconómico, conforme irei demonstrar mais à frente.

Dando uma perspectiva histórica, de acordo com o artigo de Ramos (2000) “a emigração foi muito alta em Portugal entre 1965 e 1973” e “começou a desacelerar em 1974 como resultado de políticas restritivas adotadas pelos países de destino, o fim das guerras coloniais e as mudanças políticas e sociais que ocorrem em Portugal”. No mesmo artigo a autora refere que “desde meados da década de 1970, os portugueses emigraram principalmente de forma temporária ou sazonal, mas com um grande número a se tornarem residentes “permanentes” no país anfitrião, nomeadamente em França e na Suíça.” (Ramos, 2000, p. 164). A mesma autora refere ainda que antes da implementação dos regulamentos comunitários sobre a livre circulação em 1992, “os portugueses representavam uma grande parte da força de trabalho clandestina especialmente na região de Ile de France” (p. 164).

Em termos absolutos e de acordo com estimativas das Nações Unidas apresentadas no *Emigration Factbook 2017*, os principais destinos dos portugueses são os Estados Unidos da América, com cerca de um milhão e meio, França, cerca de um milhão e duzentos mil, e Venezuela, Canada e Reino Unido com cerca de meio milhão cada um.

Figura 4: Estimativas do nº total de emigrantes portugueses, 1960-2017

Anos	Fonte				
	Banco Mundial [A]	Nações Unidas [B]			
		Total	Europa	América	Outros
2017	..	2,266,735	1,502,151	592,642	171,942
2015	..	2,209,237	1,467,268	574,736	167,233
2013	2,028,597
2010	2,229,620	1,942,186	1,325,573	536,362	80,251
2005	..	1,750,702	1,104,846	583,646	62,210
2000	1,337,442	2,004,030	1,301,084	644,901	58,045
1995	..	1,929,473	1,187,356	685,649	56,468
1990	1,780,764	1,880,727	1,092,141	730,441	58,145
1980	1,872,021
1970	1,284,269
1960	935,521

! Nota 1. Nascidos em Portugal a residir no estrangeiro ou, quando não disponível informação sobre nacionalidade, pessoas com nacionalidade portuguesa a residir no estrangeiro. 2. Problemas de fiabilidade com os dados do Banco Mundial sobre o número de emigrantes portugueses a residir em França e no Reino Unido em 2000, o que afeta o valor total (valor provável corrigido da ordem de 1,800,000). 3. Estimativas de 2017 das Nações Unidas revêm toda a série anterior (1990-2015).

Fontes Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de: [A] Banco Mundial, Bilateral Migration Matrix 2013, Bilateral Migration Matrix 2010, Bilateral Migration Database 1960-2000; [B] United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, International Migration, International Migrant Stock (The 2017 Revision), International Migrant Stock by Destination and Origin: Table 1 Total migrant stock at mid-year by origin and by major area, region, country or area of destination, 1990-2017.

Segundo o mesmo Observatório, a emigração portuguesa tem acelerado nos últimos anos principalmente a partir de 2011 atingindo o seu valor máximo em 2013 com cerca de

120.000 portugueses que partiram para o estrangeiro, tendo abrandado o ritmo nos anos seguintes mas sempre com valores absolutos acima de 100.000 saídas por ano. Estes valores são quase o dobro dos valores que se verificaram no início do século XXI.

2.5.3. Remessas da Emigração Portuguesa

Segundo o relatório Estatístico de 2017 do Observatório da Emigração, a emigração portuguesa tem sido uma constante desde a II Guerra Mundial, embora com intensidade variável. Um primeiro pico de grande intensidade foi atingido no final dos anos 60, princípios da década de 1970 para destinos como França, Alemanha, Luxemburgo, Suíça, etc. Depois de um curto interregno na década que se seguiu à Revolução de 1974, voltou a crescer de forma gradual e continuada, embora a níveis muito mais baixos do que no passado recente, em consequência da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986. No entanto, em virtude da crise económica de 2008, esse fenómeno voltou a acentuar-se tendo sido diferente pela natureza da emigração, em boa parte por jovens com formação académica, ao contrário das vagas anteriores.

De acordo com dados estatísticos obtidos através do Banco de Portugal facilmente se obtém a noção do peso das remessas na economia portuguesa ao longo do tempo. No período pós 25 de Abril de 1974 e mais propriamente no ano de 1979, o seu peso na economia portuguesa era de 10.6% do PIB contrastando com os 1.6% do ano de 2017. Mediante a informação também disponibilizada através do Banco de Portugal, o valor das remessas mostra que os emigrantes portugueses enviam regularmente remessas para as suas famílias, mantendo uma forte ligação com o país. As remessas de emigrantes têm uma forte influência na economia portuguesa, sendo superiores às remessas de imigrantes, segundo a mesma instituição. A partir do gráfico elaborado pelo *Observatório de Emigração* em 2017 as entradas de remessas atingiram um valor elevado de 3.555 milhões de euros, aproximando-se dos valores dos anos de 2000 e 2001, tendo neste último ano atingido o seu máximo.

Figura 5: Remessas, 2000-2017 (milhões de euros)

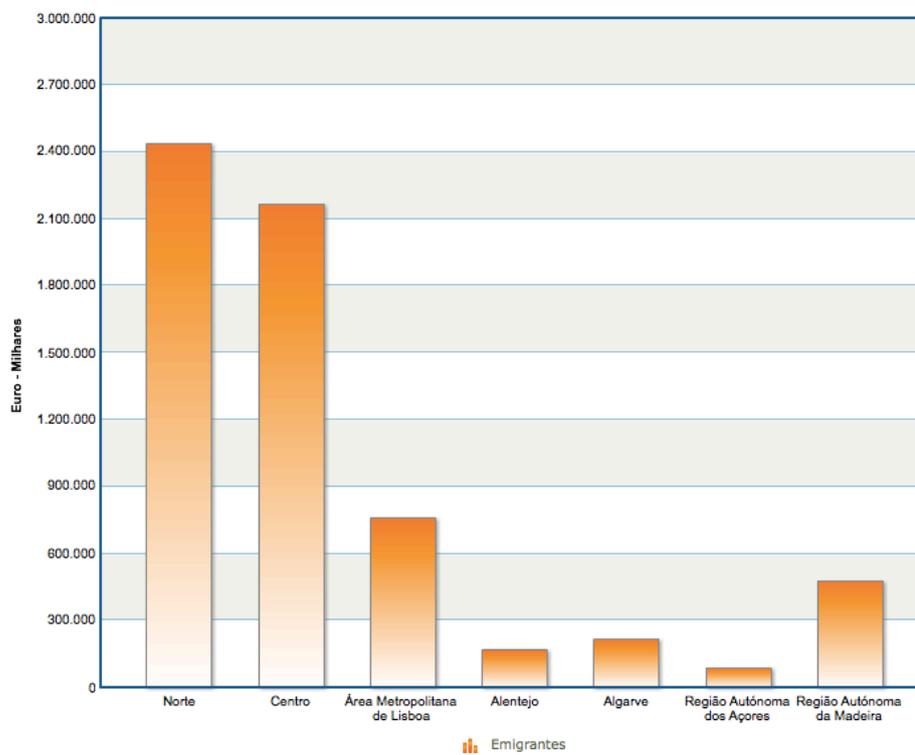
Anos	Entradas em Portugal		Saídas de Portugal		Saldo	
	N	Var. anual (%)	N	Var. anual (%)	N	Var. anual (%)
2017	3,555	6	518	-3	3,037	8
2016	3,343	1	533	2	2,810	1
2015	3,316	8	523	-2	2,793	11
2014	3,061	1	535	-4	2,526	3
2013	3,016	10	556	6	2,460	11
2012	2,749	13	526	-10	2,224	21
2011	2,430	0	586	3	1,845	-1
2010	2,426	6	567	1	1,859	8
2009	2,282	-8	559	-4	1,723	-10
2008	2,485	-4	580	2	1,905	-6
2007	2,588	7	570	-7	2,018	11
2006	2,420	6	610	9	1,811	5
2005	2,277	-7	560	15	1,717	-12
2004	2,442	0	486	4	1,957	-1
2003	2,434	-14	467	7	1,967	-17
2002	2,818	-25	436	6	2,382	-28
2001	3,737	8	410	117	3,327	2
2000	3,458	..	189	..	3,269	..

Fonte: Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal.

Historicamente as remessas de emigrantes são medidas através dos depósitos bancários destinados a não residentes. Desde sempre a banca portuguesa privilegiou a captação deste tipo de depósitos muito por força da sua dimensão e por ser também uma fonte de obtenção de divisas estrangeiras.

Através de dados obtidos da *Pordata* podemos retirar várias conclusões relativamente à distribuição geográfica dos depósitos de emigrantes e a dimensão a nível concelhio e regional. Conforme podemos visualizar através do gráfico em baixo, do ponto de vista geográfico os depósitos bancários de emigrantes portugueses concentram-se em grande medida no Norte e Centro do continente, salientando-se também positivamente o peso da região autónoma da Madeira.

Figura 6: Depósitos de clientes nos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo: total e por tipo de cliente



Fontes: INE (até 2005) | BP; INE (a partir de 2006) - Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (até 2005) | *Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (a partir de 2006)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2017-11-13

Dando ênfase à questão geográfica e mais propriamente a nível concelhio podemos salientar o peso dos depósitos bancários de emigrantes demonstrando os dez concelhos que detêm em termos absolutos o maior volume de depósitos de emigrantes.

Quadro 3: “Top Ten “ dos concelhos com maior volume de remessas 2016

Territórios		Euro – Milhares
Âmbito Geográfico	Anos	2016
Município	Lisboa	405 360
Município	Funchal	196 932
Município	Viseu	148 007
Município	Pombal	130 492
Município	Viana do Castelo	107 303
Município	Braga	102 366
Município	Chaves	93 891
Município	Arcos de Valdevez	88 798
Município	Porto	88 178
Município	Ribeira Brava	86 642

Fontes: INE (até 2005) | BP; INE (a partir de 2006) - Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (até 2005) | *Estatísticas das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (a partir de 2006)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2017-11-13

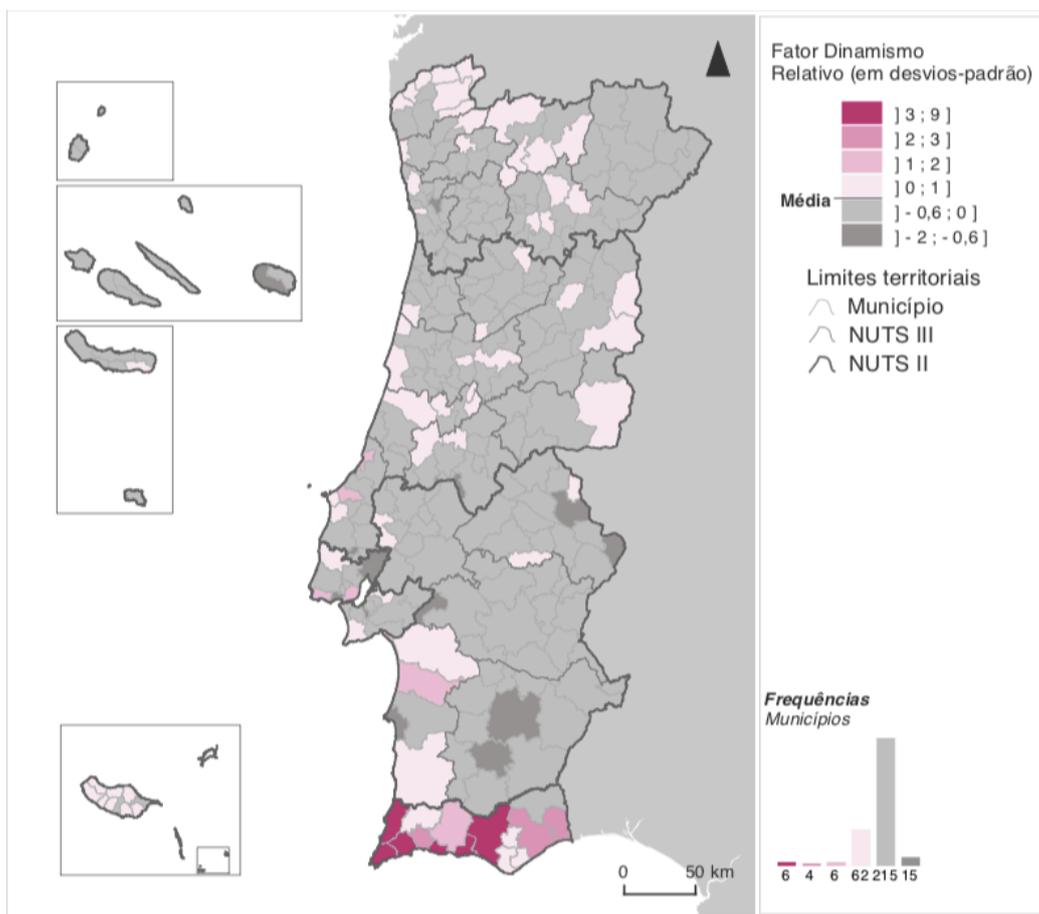
Dentro dos dez municípios com maior volume de remessas podemos dividir em três grupos em termos do número de habitantes. O primeiro grupo são os grandes concelhos (com mais de 100 mil habitantes) como Lisboa, Porto, Braga e Funchal. No segundo grupo temos concelhos médios (entre 50 mil a 100 mil habitantes) como Viseu, com quase 100 mil habitantes, Pombal e Viana do Castelo. Uma terceira realidade é composta por pequenos concelhos como Chaves, Arcos de Valdevez e o concelho de Ribeira Brava na região autónoma da Madeira.

Uma forma de tentar demonstrar a influência das remessas no território nacional pode ser através da análise do *Factor Dinamismo Relativo*⁴. Este indicador conforme vem referido no

⁴ O Fator Dinamismo Relativo (FDR) mede a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões do País.

estudo sobre o “Poder de Compra Concelhio – 2015” elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (2017) “pretende refletir o poder de compra de manifestação irregular, geralmente sazonal, e que está relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística, traduzindo a dinâmica que persiste na informação de base para além da refletida no primeiro fator extraído da análise fatorial – o poder de compra per capita manifestado quotidianamente nos territórios.”

Figura 7: Factor Dinamismo Relativo (Poder de Compra Concelhio)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2015, p. 7

Através do gráfico acima, podemos assumir que as manifestações irregulares do poder de compra dão-se nos concelhos que têm mais fluxo de turistas (essencialmente no Algarve e Costa Alentejana), e em alguns concelhos em que os níveis de emigração são tradicionalmente altos, como nos distritos de Vila Real e de Viana do Castelo.

Capítulo III – Metodologia

3.1. Visão Geral e Objetivos

Segundo Grawitz (1993), o método define-se como “Um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objectivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, um conjunto de normas que permitem seleccionar e coordenar técnicas” (op. cit., Carmo e Ferreira, 1998:175).

Assim, e tendo em vista o objetivo de avaliar o impacto das remessas de emigrantes em Portugal, optei por adotar as duas técnicas de investigação (qualitativa e quantitativa) em ciências sociais. “A escolha da técnica depende do objectivo que se pretende atingir” (Carmo e Ferreira, 1998:175).

A utilização em simultâneo das duas técnicas é denominada pesquisa por “métodos mistos”, conforme Creswell (2007, p.27) define: “é uma abordagem de investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa”.

3.2. Técnicas de Recolha de Dados e Ferramentas

Este estudo baseia-se em várias técnicas e ferramentas de recolha de dados tendo como objetivo a sua obtenção ao nível dos dados primários.

- Abordagem Qualitativa – segundo Batista e Sousa (2011, p.56), a investigação qualitativa “centra-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou os valores” daí considerar ser essencial obter opiniões sobre a temática de forma a obter uma visão mais alargada contribuindo para uma melhor compreensão.

Desta forma, foram efetuadas duas entrevistas junto de observadores privilegiados de forma a obter uma melhor compreensão do fenómeno das remessas em Portugal. Para isso, foi efetuada uma entrevista junto do professor doutor Manuel Ramos, docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto com ligações ao interior do país (concelho de Montalegre), zona do país onde tradicionalmente se verificaram grandes vagas

migratórias para o exterior. De seguida, foi efetuada também uma entrevista junto da deputada na assembleia da república, Manuela Tender, pelo círculo de Vila Real, tendo em vista o mesmo objetivo de uma melhor compreensão do fenómeno ao nível do desenvolvimento económico e impacto das remessas no território.

- Abordagem Quantitativa – de acordo com Batista e Sousa (2011, p. 53), a investigação quantitativa “integra-se num paradigma positivista, apresentando como objectivo a identificação e apresentação de dados, indicadores e tendências observáveis”. Assim, foram obtidos dados mediante a realização de dois questionários em que o primeiro decorreu junto de portugueses residentes no estrangeiro de forma a traçar um perfil como emissor de remessas. O outro foi junto dos G.A.E. com o intuito de compreender a forma de como as necessidades dos portugueses residentes no estrangeiro são tratadas tendo em vista a sua contribuição via aplicação de remessas para o desenvolvimento económico das comunidades locais (municípios).

3.3. População e Amostragem

Do ponto de vista quantitativo a pesquisa foi efetuada com recurso a duas abordagens dirigidas a populações distintas.

A primeira abordagem ocorreu a partir de um questionário dirigido a portugueses residentes no estrangeiro em que devido a ser praticamente impossível inquirir toda a população, houve a necessidade de recolher uma amostra para realizar o propósito do estudo. Para isso, foi primordial definir a população alvo para que a qualidade do estudo fosse assegurada, assim como foi necessário obter uma amostra representativa da população de forma a que a dita amostra possa ser considerada válida. Foram obtidos 85 questionários via rede social *Facebook* e correio electrónico num período compreendido entre os dias 25 de Junho e 31 de Julho de 2018 sendo a seleção dos entrevistados no âmbito da amostra selecionada via método aleatório. A amostra foi concebida de forma a incluir os destinos mais frequentes da emigração portuguesa.

A segunda abordagem ocorreu a partir de um outro questionário dirigido aos G.A.E. tendo sido obtida uma listagem a partir do *Portal das Comunidades Portuguesas* com 120 municípios aderentes. Dessa listagem foi obtida a resposta de 26 municípios via correio electrónico no mesmo período de tempo que a primeira abordagem.

3.3.1. Questionário

Conforme mencionado anteriormente foram elaborados dois questionários. Um dirigido aos portugueses residentes no estrangeiro e o outro aos G.A.E. Os questionários foram desenvolvidos e distribuídos de forma a recolher dados estatísticos sobre o perfil de emissores de remessas e dos G.A.E. e usar esses dados como parte da análise. Isto foi feito de forma sustentar os dados qualitativos, mas também dar uma perspetiva triangular. Ao tomar como base somente as entrevistas, existe o risco de influenciar os resultados sem qualquer confirmação ou suporte da componente qualitativa, que eventualmente pode acontecer ou não.

O questionário foi distribuído de forma aleatória servindo para amostra dos portugueses residentes no estrangeiro com recurso a questões de resposta fechada podendo ser de resposta única ou múltipla mediante a questão.

O desenvolvimento e teste do questionário foi efetuado antes de chegar à área de pesquisa através de um exercício teste efetuado com dois portugueses residentes no estrangeiro a partir de questões e fatores salientados na parte da revisão de literatura.

O questionário foi efetuado através da ferramenta eletrónica disponibilizada pela *Google* denominada *Google Formulários* em língua portuguesa com questões de escolha múltipla com ou não resposta obrigatória mediante o caso (ver anexo 1 e 2).

3.3.2. Entrevista

Foram efetuadas duas entrevistas estruturadas tendo em conta a objetividade do estudo, e do tipo extensivas de forma a que haja um interesse social de maior utilidade.

As entrevistas decorreram no início do mês de Agosto de 2018, sendo que primeiramente foi efetuado o convite com a respectiva contextualização do estudo em questão e posteriormente agendado o envio via correio eletrónico com a respetiva opinião/resposta (com um máximo de 300 palavras) a três questões de desenvolvimento (pergunta aberta) sobre qual o “Impacto das Remessas de Emigrantes nos países de origem - o caso português”, qual o seu futuro e que medidas as autoridades portuguesas poderiam tomar de forma a incrementar e aproveitar este fluxo financeiro.

3.3.3. Dados Secundários

Além das entrevistas e questionários, os dados da literatura secundária foram um importante suporte para a elaboração da dissertação. Vários trabalhos de investigação e livros foram escritos sobre o impacto das remessas de emigrantes num determinado país mediante diversas perspectivas. A leitura desses trabalhos foram importantes para a compreensão e idealização deste trabalho de pesquisa.

3.4. Considerações e Limitações

Muitas vezes a obtenção de dados primários é uma tarefa que requiere persistência e imaginação. Neste caso concreto deve-se a que por um lado os inquiridos nos questionários estão a residir fora de Portugal e que por exemplo obter resposta junto dos municípios (G.A.E.) é uma tarefa muitas vezes árdua e em parte desmotivadora pela ausência de respostas.

Contudo, à medida que o processo de investigação se desenrolou, a motivação obtida mediante a qualidade e quantidade de respostas serviram para atingir o objetivo delineado.

Capítulo IV- Análise de Resultados

4.1. Resultados - Questionário dirigido aos portugueses residentes no estrangeiro

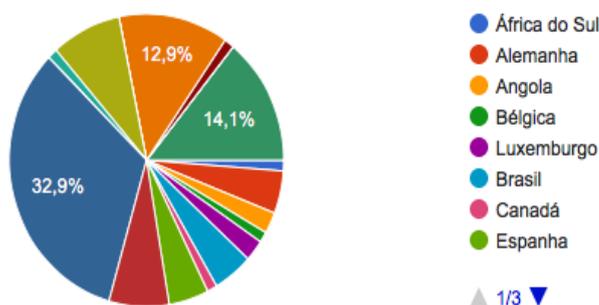
Neste questionário, as principais naturalidades (concelho de origem) dos participantes foram os concelhos de Montalegre, Lisboa, Porto e Braga sendo que em termos de distribuição geográfica houve uma maior incidência de respostas da região norte do país (ver anexo 4).

Em termos de países de acolhimento, os participantes residem principalmente em destinos como França (32.9%), Suíça (12,9%) e Reino Unido (8.2%), sendo que podemos salientar uma parcela considerável de participantes de países classificados como “Outros” (14.1%) que não fazem parte de uma listagem de 17 destinos incorporados como opção.

Figura 8: Países de Acolhimento

País de Residência

85 respostas



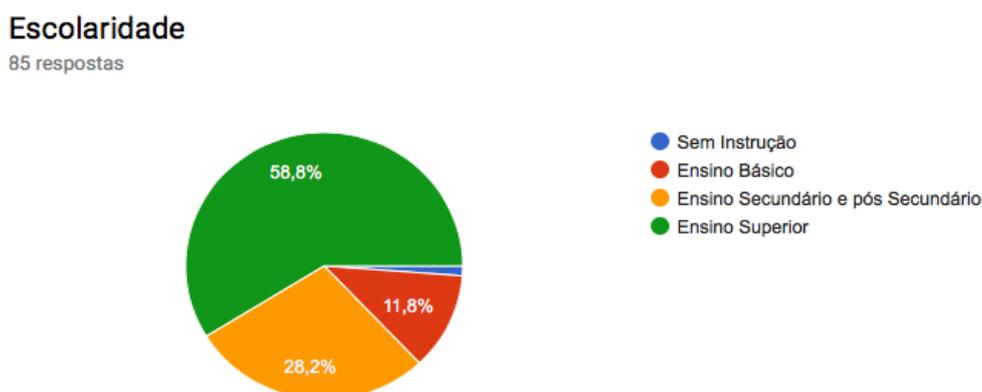
Os participantes na sua maioria eram do sexo feminino, com 52.9%, tendo a participação do sexo masculino atingido por oposição 47.1% (ver anexo 5).

A principal faixa etária dos participantes no questionário foi entre indivíduos dos 30 aos 50 anos (65.9%) e até 30 anos de idade (28.2%). Convém salientar que a participação de indivíduos com mais 70 anos foi residual (ver anexo 6).

Em termos de estado civil a grande maioria dos participantes eram casados (52.9%), seguindo-se a participação de indivíduos solteiros (40%) (ver anexo 7).

Do ponto de vista de estudos, a participação maioritária foi de indivíduos com educação no ensino superior (58.8%), seguindo-se indivíduos com ensino secundário e pós secundário (28.2%) e por fim indivíduos com o ensino básico (11.8%). A participação de indivíduos sem instrução foi quase inexistente podendo ser explicada pelo facto de muitas vezes não privilegiarem a utilização das redes sociais.

Figura 9: Nível Educacional



A grande maioria dos participantes reside fora de Portugal há menos de 10 anos (63.5%), seguindo-se indivíduos que residem fora de Portugal entre 10 e 30 anos (23.5%) (ver anexo 8).

A esmagadora maioria dos participantes em termos de situação profissional vivida nos países de acolhimento é categorizada como empregados por conta de outrem (80%), podemos também evidenciar os empregados por conta própria (12.9%). As rubricas estudante, desempregado e reformado/incapacitado são praticamente irrelevantes (ver anexo 9).

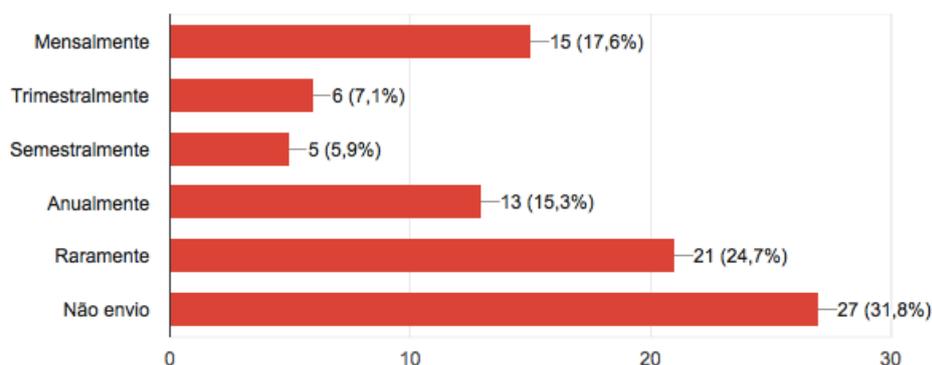
A maioria dos participantes trabalha no setor terciário (50.6%), seguindo-se os do setor secundário (28.2%). Salienta-se que 17.6% dos inquiridos respondeu que não sabe/não responde/não se aplica (ver anexo 10).

Em termos de frequência de envio de remessas a grande maioria dos inquiridos ou pura e simplesmente não envia (31.8%), ou raramente envia (24.7%). Salienta-se positivamente que uma pequena parte envia remessas de uma forma mensal (17.6%).

Figura 10: Frequência de envio

Com que frequência envia remessas (dinheiro) para o seu país

85 respostas



Em termos de método de envio de remessas, 65.7% dos inquiridos refere que envia via serviços bancários. Por contraste 28.6% envia por métodos tipificados como outros que significa que não são enviadas nem por familiares/conhecidos, nem por correios/agências, nem por serviços bancários (ver anexo 11).

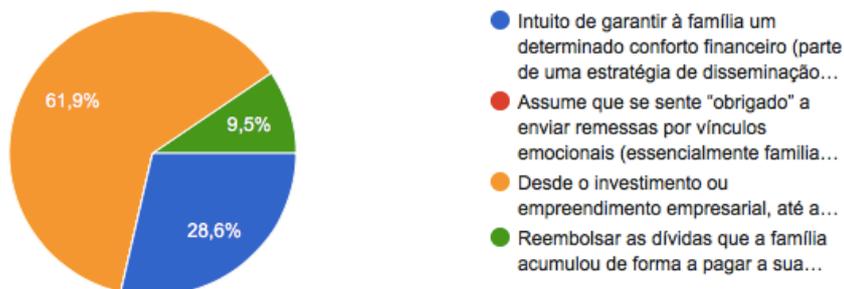
Salienta-se que 61.9% dos inquiridos respondeu que envia até 10% do seu rendimento para transferir para Portugal, seguindo-se inquiridos que responderam que enviam entre 11% e 30% do seu rendimento. Salienta-se a percentagem de inquiridos que envia mais de metade do seu rendimento (11.1%). (ver anexo 12).

A principal motivação dos inquiridos para o envio de remessas é o investimento ou empreendimento empresarial, até ao consumo pessoal (61.9%). A segunda motivação é o intuito de garantir à família um determinado conforto financeiro com 28.6% (estratégia de disseminação de risco). Salienta-se que nenhum dos inquiridos assumiu que envia remessas por se sentir “obrigado” via vínculos emocionais.

Figura 11: Motivo para o envio (determinantes)

Principal motivo pelo qual envia remessas

63 respostas

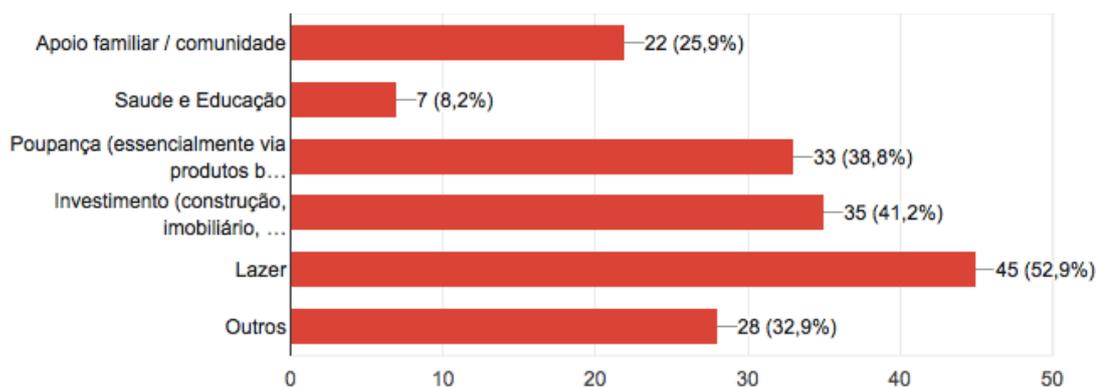


Na componente da aplicação das remessas e mediante a possibilidade de escolha de duas opções de resposta (contabilizando de 0% a 200%), a maioria dos inquiridos respondeu que as aplica em lazer (52.9%), seguindo-se o investimento (essencialmente em construção e imobiliário) com 41.2% e por fim a aplicação em poupança (via essencialmente produtos bancários) com 38.8%. A referir que a aplicação em saúde e educação somente contabilizou 8.2% de respostas, assumindo-se como variável residual.

Figura 12: Aplicabilidade

Principal forma de como aplica as suas remessas (indique 2 opções)

85 respostas



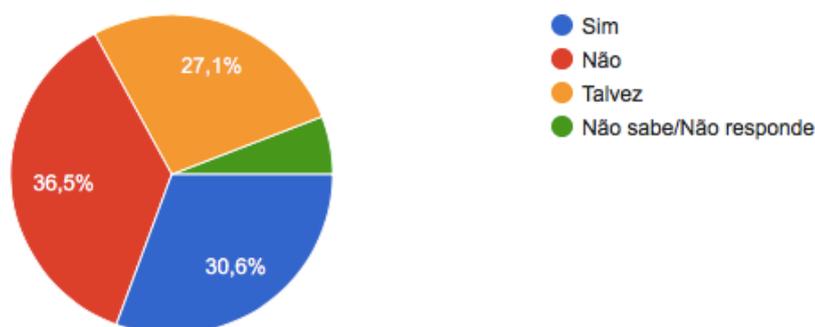
Nesta pergunta específica os inquiridos evidenciaram uma divisão na intenção de investir

ou não nos seus concelhos de origem. Uma maioria relativa respondeu que não tem intenção (36.5%), seguindo-se de imediato a resposta assinalando a vontade de investir nos seus concelhos de origem (30.6%). Uma percentagem significativa assinalou que pondera investir no seu concelho de origem (27.1%).

Figura 13: Intenção de investimento no concelho de origem

Tenciona investir no seu concelho de origem

85 respostas



No que toca à frequência de visita a Portugal por parte dos inquiridos as respostas também estão algo divididas. A maioria relativa respondeu que visita entre 2 a 3 vezes ao ano (38.8%), seguindo-se inquiridos que responderam visitar várias vezes ao ano (mais de 3 vezes, com 34.1%). Salienta-se que 22.4% dos inquiridos visitam Portugal pelo menos uma vez ao ano (ver anexo 13).

Numa perspetiva de regresso definitivo a Portugal aqui também se evidenciou uma verdadeira divisão na vontade de regressar ou não a Portugal. Uma maioria relativa respondeu que pretende regressar definitivamente dentro de 3 a 9 anos (médio prazo) através de 27.1% das respostas, de seguida os inquiridos responderam que pretendem regressar dentro de mais de 10 anos através de 23.5% das respostas. Salienta-se também que 16.5% dos inquiridos não pretendem regressar definitivamente a Portugal e que 21.2% respondeu que não sabe/não responde/não se aplica (ver anexo 14).

Quadro 4: Perfil do emigrante português quanto ao envio de remessas

Principais conclusões (85 participantes)	
Naturalidade	Maioritariamente da zona norte do país
País de residência	Europa (França, Suíça e Reino Unido)
Género	Sexo feminino (52.9%)
Faixa etária	Entre 30 a 50 anos (65.9%)
Estado civil	Casados (as) (52.9%)
Escolaridade	Ensino superior (58.8%)
Tempo emigrado	Emigrados há menos de 10 anos (63.5%)
Situação profissional	Empregados por conta de outrem (80%)
Sector de Atividade Económica	Setor terciário (50.6%)
Frequência de envio	Não envia (31.8%)
Método de envio	Serviços bancários (65.7%)
Percentagem de rendimento destinado para o envio de remessas	Envia até 10% do seu rendimento (61.9%)
Motivo para o envio (determinantes)	Investimento ou empreendimento empresarial, até ao consumo pessoal (61.9%)
Aplicabilidade	Lazer (52.9% numa escala de 0% a 200%)
Intenção de investimento no concelho de origem	Não tem intenção (36.5%)
Assiduidade de visita a Portugal	2 a 3 vezes ao ano (38.8%)
Regresso definitivo a Portugal	Pretende regressar definitivamente dentro de 3 a 9 anos (médio prazo) com 27.1%

4.2. Resultados - Questionário dirigido aos G.A.E.

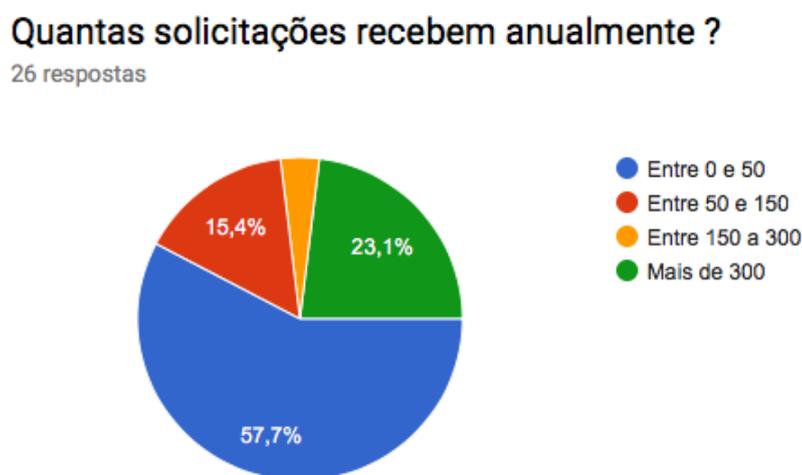
De acordo com o *Portal das Comunidades Portuguesas*, num universo de 308 municípios em Portugal, somente 120 concelhos contam com o serviço de apoio aos portugueses residentes no estrangeiro denominado por G.A.E.

Dos 120 municípios que contam com o serviço, responderam ao questionário via email disponibilizado pelo *Portal das Comunidades Portuguesas* 26 municípios (ver anexo 15). Dos 94 municípios que não participaram no questionário, o município de Viana do Castelo recusou-se a participar, o município de Felgueiras não tem o email indicado em funcionamento e os restantes simplesmente não responderam.

Em termos de distribuição geográfica verificou-se uma maior incidência de respostas de municípios do norte do país (essencialmente do interior), sendo que a sul do rio Tejo somente se verificou a resposta do município de Faro.

Uma das intenções do questionário era avaliar quantitativamente o serviço de apoio disponibilizado em termos de solicitações durante o ano. Verificou-se que na grande maioria dos municípios o serviço de apoio é solicitado muito esporadicamente (57.7%), entre zero e 50 solicitações por ano.

Figura 14: N° solicitações



De forma a compreender a possível sazonalidade do serviço questionou-se quais os meses do ano em que se verificava uma maior incidência de solicitações. Os resultados ditaram que a primeira metade do ano e especialmente os meses de Fevereiro, Março e Abril são os meses de excelência em termos de afluência ao serviço (ver anexo 16).

Uma das questões era saber de que países vinham os emigrantes com solicitações efetuadas nos serviços. Verificou-se uma grande incidência de portugueses residentes na França e na Suíça e por fim em portugueses radicados na Alemanha e Venezuela (ver anexo 17).

Figura 15: Faixa Etária

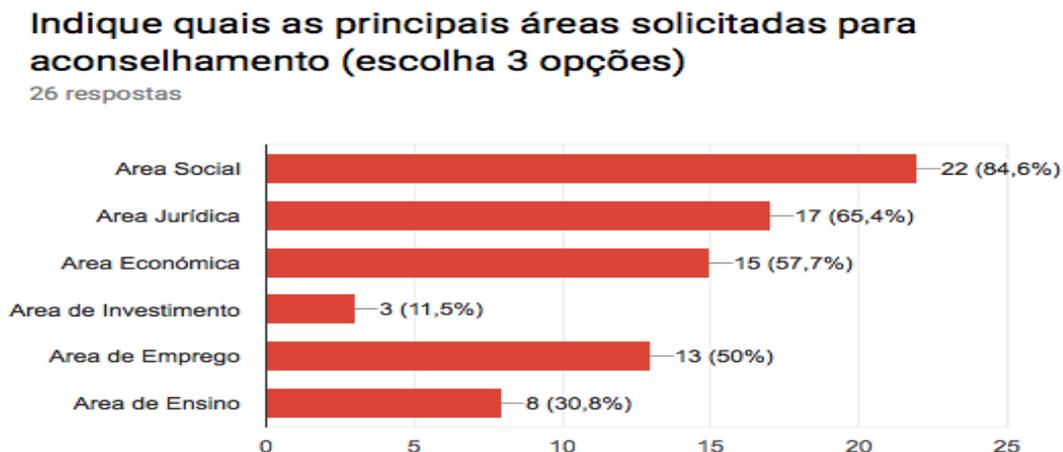


Em termos de faixa etária, a grande maioria das solicitações são de portugueses residentes no estrangeiro entre os 50 e 70 anos de idade (76.9%), seguindo-se os entre os 30 e 50 anos de idade (23.1%). Salienta-se que os mais jovens (até aos 30 anos de idade) e os mais velhos (mais de 70 anos de idade) não procuram de todo o serviço.

Uma das questões mais pertinentes neste questionário era auferir se quem se desloca ao G.A.E. tem a intenção de se fixar em Portugal. No universo de respostas verificou-se que a grande maioria (65.2%) não vislumbrou o regresso a Portugal (ver anexo 18).

Mediante o portfólio de serviços disponibilizados pelos G.A.E. (publicitados no *Portal das Comunidades Portuguesas*) tentou-se saber quais são os principais. Assim, verificou-se uma clara incidência em serviços tendencialmente administrativos como serviços na área social (84.6% numa escala de 0% a 300%) e jurídica (65.4% numa escala de 0% a 300%). O serviço de apoio ao investimento é a rubrica que reuniu menos respostas (11.5% numa escala de 0% a 300%).

Figura 16: Serviços solicitados



Um dos principais interesses era saber primeiramente se os G.A.E. eram interpretados como serviço de apoio ao investimento e quais eram as principais áreas que em os portugueses residentes no estrangeiro demonstravam interesse. Nesta questão verificou-se que as principais áreas de interesse em termos de investimento são as áreas de hotelaria e turismo (94.1% numa escala de 0% a 300%), construção civil e serviços conexos (70.6% numa escala de 0% a 300%) e por último a agricultura e pecuária (58.8% numa escala de 0% a 300%) (ver anexo 19).

Quadro 5: Perfil dos G.A.E.

Principais conclusões (26 participantes)	
Municípios	Maioritariamente da zona norte do país (essencialmente do interior)
Nº solicitações	Entre zero e 50 solicitações por ano (57.7%)
Sazonalidade do serviço	Meses de Fevereiro, Março e Abril
Proveniência de quem solicita	França, Suíça, Alemanha e Venezuela
Faixa Etária	De 50 a 70 anos de idade (76.9%)
Perspetiva de regresso a Portugal	Não vislumbram o regresso a Portugal (65.2%)

Serviços solicitados	<ul style="list-style-type: none"> • área social (84.6% numa escala de 0% a 300%) • área jurídica (65.4% numa escala de 0% a 300%)
Componente de Investimento	<ul style="list-style-type: none"> • áreas de hotelaria e turismo (94.1% numa escala de 0% a 300%) • construção civil e serviços conexos (70.6% numa escala de 0% a 300%)

4.3. Resultados – Entrevista

Através das entrevistas procurou-se saber qual a opinião dos observadores privilegiados em termos do impacto económico das remessas de emigrantes em Portugal. Para isso procedeu-se às seguintes questões:

- Opinião sobre o impacto económico das remessas de emigrantes em Portugal

Ambos os entrevistados formularam opiniões que sustentam em parte uma percepção positiva mas com perspectiva de decréscimo de importância ao longo do tempo.

Entrevistado I considera que:

“já foi maior, se considerarmos apenas as remessas financeiras, mas a tradicional poupança e envio direto de remessas tem dado lugar a uma atividade com significativo impacto na economia portuguesa através do investimento no setor imobiliário e da dinamização da economia”

Entrevistado II considera que:

“Aqui temos de distinguir entre a geração mais antiga e a mais recente de emigrantes. A primeira, que viveu a carência do Portugal do séc. XX pós-II Guerra Mundial e que emigrou com o objetivo de amealhar e regressar, preocupou-se com o aforro de dinheiro em Portugal..... A geração mais recente nem isso faz: pretende constituir família no país para onde emigrou, ter casa própria, viver com qualidade de vida, viajar”

- Se as autoridades portuguesas têm aproveitado o potencial das remessas de emigrantes como forma de contribuição para o desenvolvimento económico

Aqui os entrevistados estão claramente em desacordo podendo se afirmar que existe uma perspectiva mais política de um lado e por outro uma perspectiva mais económica.

Entrevistado I considera que:

“Creio que as autoridades portuguesas têm consciência do importante impacto das remessas dos emigrantes para o desenvolvimento económico do país mas também da mudança de paradigma que a emigração sofreu”

Entrevistado II considera que:

“Não estão porque no geral o dinheiro permanece “inanimado” nos Bancos, sem que gere empreendedorismo.”

- Iniciativas que as autoridades poderiam tomar de forma a promover o aproveitamento e incremento das remessas de emigrantes

Ambos os entrevistados são de acordo que para um maior aproveitamento e incremento das remessas de emigrantes é necessário dotar as instituições de apoio com recursos humanos capazes de corresponder em termos qualitativos.

Entrevistado I considera que:

“Na minha opinião, a redução da burocracia é urgente e deve ser acompanhada dum possível acesso "online" a mais serviços, se necessário com apoio por recursos humanos qualificados”

Entrevistado II considera que:

“Acho que na maior parte das vezes falta aconselhamento económico, ou seja, consultoria nas áreas, p. ex., agrícola, silvícola, serviços, pequeno-industrial... Essa incumbência poderia ser feita pelas câmaras municipais pela maior proximidade com as gentes, sobretudo do Interior do país, mas para isso são precisos bons técnicos.”

Capítulo V - Conclusão

Este trabalho teve como objectivo estudar o “Impacto das Remessas de Emigrantes nos países de origem - o caso português” através do recurso a metodologia quantitativa e qualitativa. Com os resultados obtidos foi possível chegar a um determinado “perfil do emigrante português quanto ao envio de remessas” e a uma caracterização da forma de como os portugueses que vivem no estrangeiro recorrem aos serviços de apoio disponibilizados pelos municípios portugueses destinados ao apoio das comunidades portuguesas que residem fora do país. Adicionalmente recorreu-se também a testemunhos de observadores privilegiados da temática de forma a constituir uma visão mais abrangente. Através dos dados obtidos e com a posterior análise e tratamento de dados chegaram-se às seguintes conclusões.

5.1. Principais Conclusões

Emigração Qualificada

Uma das principais conclusões é que ao contrario das décadas de 60, 70 e 80 uma boa parte da emigração de hoje em dia tem um nível de escolaridade elevado, sendo que 58.8% dos inquiridos têm estudos ao nível do ensino superior.

Envio de remessas residual ou inexistente

Hoje em dia grande parte dos emigrantes ou não enviam (31.8%) ou raramente enviam (24.7%) remessas. Facto que evidencia que no futuro o peso das remessas de emigrantes na economia portuguesa poderá ser muito inferior comparativamente ao que foi nas últimas décadas. Um outro elemento que reforça esta tendência é o facto que a grande maioria dos emigrantes enviam somente até 10% do seu rendimento. Facto que foi salientado por ambos os entrevistados sendo que um dos entrevistados salientou até uma clivagem geracional em termos de envio de remessas.

Lazer & investimento

A grande motivação para o envio de remessas é o investimento ou empreendimento empresarial e o consumo pessoal (61.9%) sendo que as principais utilizações das remessas são o lazer primeiramente e depois o investimento (essencialmente em construção e imobiliário). A poupança (via essencialmente produtos bancários) hoje em dia é considerada somente a terceira opção como forma de utilização de remessas. Esta conclusão foi também mencionada diretamente por ambos os entrevistados, salientando por um lado a aplicação das remessas em lazer e por outro em investimento (essencialmente em construção e imobiliário).

Retorno a médio prazo & desinvestimento ou não investimento (concelho de origem)

Uma parte dos portugueses a viver fora de Portugal pretende regressar definitivamente dentro de 3 a 9 anos (27.1%) sendo que uma boa parte não tem intenções de investir no seu concelho de origem (36.5%). Facto esse, que indiretamente poderá fomentar ainda mais as desigualdades sociais e económicas a nível de território, dado que uma grande parte da emigração portuguesa é oriunda do interior do país. Esta conclusão foi mencionada diretamente por um dos entrevistados na componente de um claro desinvestimento ou não investimento em Portugal.

Serviço de apoio pouco dinamizado ou deficitário

A principal conclusão que os resultados evidenciam do questionário dirigido aos G.A.E. é que a sua utilização é quase inexistente pelos emigrantes portugueses. A grande maioria destes Gabinetes de Apoio ao Emigrante inquiridos passam possivelmente semanas sem receber quaisquer solicitações de emigrantes. Facto esse que poderá levar a repensar a forma de como adequar este serviço às necessidades das comunidades portuguesas que vivem no estrangeiro. Salienta-se também que a grande parte das solicitações recebidas são de pessoas na faixa etária entre os 50 e 70 anos de idade (76.9%). Aqui claramente ambos os entrevistados na entrevista estão de acordo que existe uma grande lacuna a resolver no que toca ao acompanhamento das necessidades dos portugueses não residentes e por inerência o devido aproveitamento do potencial económico das remessas de emigrantes sendo que ambos consideram que os municípios têm um papel fundamental.

5.2. Perspetivas futuras

A tendência do fluxo de remessas de emigrantes em Portugal é o seu abrandamento ao longo do tempo, tendência que se tem verificado ao longo dos últimos anos.

O próprio perfil do emigrante português também se alterou consideravelmente ao longo do tempo conforme vimos através primeiramente no ponto que retratava a “emigração portuguesa” e por fim no perfil encontrado no inquérito de opinião efectuado.

Hoje em dia, grande parte dos emigrantes portugueses já não utilizam maioritariamente as suas remessas no investimento em imobiliário ou na poupança bancária. Agora aplicam primeiramente as suas remessas em lazer e muitas vezes não as aplicam no seu concelho de origem.

Este novo paradigma irá influenciar certamente o desenvolvimento económico assim como as políticas nacionais, regionais e também concelhias.

Cabe as autoridades portuguesas saber orientar e aproveitar devidamente todo o potencial económico das remessas de emigrantes, assim como facilitar a sua captação aproveitando-o como mais uma alternativa ao investimento direto estrangeiro, podendo assim ser um dos principais motores para o desenvolvimento económico do país e mais propriamente do seu interior que hoje em dia está despovoado e carente de estímulos económicos.

Referências Bibliográficas

Adams, Jr., Richard, and Cuecuecha, Alfredo (2010), Remittances, Household Expenditure and Investment in Guatemala. *World Development* 38 (11): 1626-1641.

Adams, Richard (2005), "Remittances and Poverty in Ghana." Mimeograph. World Bank, Washington, DC.

Adams, Richard, and John Page (2005), "Do International Migration and Remittances Reduce Poverty in Developing Countries?" *World Development* 33(10): 1645-1669.

Agunias, D.R. (2006), *Remittances and Development: Trends, Impacts, and Policy Options*. Migration Policy Institute, Washington, D.C.

Amuedo-Dorantes, Catalina, and Susan Pozo (2006), "Remittances as Insurance: Evidence from Mexican Immigrants," *Journal of Population Economics*, Vol. 19 (June): 227-254.

Baganha, M.I. (2003), Portuguese Emigration After World War II. In António Costa Pinto, ed., *Contemporary Portugal, Politics, Society and Culture*, New York: Boulder, pp.139-158.

Barham, Bradford, and Stephan Boucher (1998), "Migration, Remittances, and Inequality: Estimating the Net Effects of Migration on Income Distribution." *Journal of Development Economics* 55: 307-331.

Bourdet, Y., and Falck, H. (2006), "Emigrants' remittances and Dutch Disease in Cape Verde," *International Economic Journal* (20:3): 267-284.

Carling, Jørgen (2004), *Policy Options for Increasing the Benefits of Remittances*, COMPAS Working Paper. Oxford.

Carmo, H.; Ferreira, M. (1998), *Metodologia de Investigação – Guia de auto-aprendizagem*. Lisboa. Universidade Aberta.

Chami, R., C. Fullenkamp and S. Jahjah (2005), “Are Immigrant Remittance Flows a Source of Capital for Development?”, IMF Staff Papers 52(1).

Chami, R., C. Fullenkamp, and S. Jahjah (2003), “Are Immigrant Remittance Flows a Source of Capital for Development?”, IMF Working Paper No.189.

Clarke, George, and Scott Wallsten (2004), “Do Remittances Protect Households in Developing Countries against Shocks? Evidence from a Natural Disaster in Jamaica.” Unpublished paper. World Bank, Washington, DC.

Cox Edwards, Alejandro, and Manuelita Ureta (2003), “International Migration, Remittances, and Schooling: Evidence from El Salvador.” *Journal of Development Economics* 72(2): 429-461.

Creswell. J. W. (2007), *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

De Bruyn T. et Wets J. (2006), “Remittances and Development.” *in* Conference Report on Migration and Development, International Organization for Migration (IOM), Regional Liaison and Coordination Office to the European Union, Brussels, Belgium.

Encyclopædia Britannica (2017), acedido a 10 de Fevereiro de 2018, <https://www.britannica.com/topic/human-migration>.

Eurostat (2017), acedido a 11 de Fevereiro de 2018, http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Personal_remittances_statistic s.

Freund, Caroline, and Nikola Spatafora (2005), “Remittances: Costs, Determinants, and Informality.” Background paper prepared for this report. World Bank.

Goldring, L. (2003), *Re-thinking Remittances: Social and Political Dimensions of Individual and Collective Remittances*. CERLAC Working Paper.

- GRAWTZ, M. (1993), *Méthodes des sciences sociales*. 9.ed. Paris: Dalloz. 870 p.
- Guarnizo, L. E. (2003), *The Economics of Transnational Living* 1. *International migration review*, 37(3): 666-699.
- Gubert, Flore (2007), *Migration and Development: Mixed Evidence from Western Mali*. *Development* 50(4): 94–100.
- HAAS, H. D. (2007), *Remittances, Migration and Social Development: A Conceptual Review of Literature*. Geneva: UNRISD.
- Hysenbegasi, A. and S. Poza (2002), “What prompts workers to remit: evidence using a panel of Latin American and Caribbean nations”, Citigroup, Irving, Texas, and Western Michigan University, Kalamazoo, Michigan.
- IMF (2005), *World Economic Outlook: Globalization and External Imbalances* (chapter 2). Washington, DC. April.
- IMF (2007), *Balance of Payments and International Investment Position Manual – Sixth Edition (BPM6)*, Washington D.C., pp. 272–277. Available from www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf.
- Instituto Nacional de Estatística (2017), “Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2015”, acedido em www.ine.pt
- Jahan, S. (2017), *Human Development Report*, United Nations Development Programme.
- Jones, R. C. (2011), *The local economic imprint of return migrants in Bolivia*. *Population, Space and Place*, 17(5): 435-453.
- Jones, Richard (1998), *Remittances and Inequality: A Question of Migration Scale and Geographic Scale*. *Economic Geography* 74 (1):8-25.

Kamuleta, K. M. (2014), The Impacts of Remittances on Developing Countries. European Union. Available:

[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/433786/EXPO-DEVE_ET\(2014\)433786_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/433786/EXPO-DEVE_ET(2014)433786_EN.pdf).

Kapur, D. (2004), "Remittances: The New Development Mantra?" G-24 Discussion Paper No. 29, U.N. Conference on Trade and Development, Geneva, Switzerland.

Kapur, Devesh (2003), Remittances: The New Development Mantra? G-24 Discussion Paper Series. New York and Geneva: United Nations: United Nations.

Kapur, Devesh and J. McHale (2003), "Migration's new payoff." Foreign Policy, Vol. 139, November/December: 49-57.

Karpestam, P. (2009), Economic of Migration. Lund Economic Studies, No 153, Sweden.

Larsson, P., & Ångman, J. (2014), Remittances and development: Empirical evidence from 99 developing countries.

Levitt, P., & Lamba-Nieves, D. (2011), Social remittances revisited. Journal of Ethnic and Migration Studies, 37(1): 1-22.

Levitt, Peggy (1998), "Social remittances: Migration driven local-level forms of cultural diffusion." International Migration Review, Vol. 32, No. 4: 926-948.

Lopez, Humberto, Luis Molina, and Maurizio Bussolo (2007), Remittances and the Real Exchange Rate. In World Bank Policy Research Working Paper 4213. Washington, DC: World Bank.

Lucas, Robert E.B., and Oded Stark (1985), "Motivations to Remit: Evidence from Botswana," Journal of Political Economy, Vol. 93 (October): 901-918.

McKenzie, David J., and Nicole Hildenbrandt (2005), The Effects of Migration on Child Health in Mexico. *Economia* 6 (1): 257-289.

McKenzie, David, and Hillel Rapoport (2007), Network Effects and the Dynamics of Migration and Inequality: Theory and Evidence from Mexico. *Journal of Development Economics* 84 (1):1-24.

Mesnard, Alice (2004), Temporary Migration and Self-Employment: Evidence from Tunisia. *Brussels Economic Review* 47 (1): 119-138.

Mishra, Prachi (2007), “Emigration and wages in source countries: Evidence from Mexico.” *Journal of Development Economics*, Vol. 82, No. 1: 180–199.

Nieto Parra, Sebastián and Gaillard, Norbert and Avendano, Rolando (2009), Are Working Remittances Relevant for Credit Rating Agencies? OECD Working Paper No. 282.

Available at:

SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1525551> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1525551>

Observatório de Emigração (2018), “Relatório Estatístico de 2017”, http://observatorioemigracao.pt/np4/file/5926/OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatistic.pdf.

Observatório de Emigração (2018), acessido a 26 de Abril de 2018, <http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/>.

Page, J., and S. Plaza (2005), "Migration, Remittances, and Development: A Review of Global Evidence.", Plenary Session of the African Economic Research Consortium.

Pena Pires, R., Vidigal, I., Pereira, C., Azevedo, J., & Moura Veiga, C. (2018), Portuguese Emigration Factbook 2017.

PNUD (2001), “Parcerias para o combate à pobreza”, Relatório anual. (versão inglesa)

PORDATA (2018), acessido a 4 de Maio de 2018, <https://www.pordata.pt/Municipios/Depósitos+de+clientes+nos+bancos++caixas+econ>

[ómicas+e+caixas+de+crédito+agr%C3%ADcola+mútuo+total+e+por+tipo+de+cliente-377-1828.](#)

Pordata (2018), acessido a 6 de Março de 2018,

[https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+real+do+PIB-2298.](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+real+do+PIB-2298)

Portal das Comunidades Portuguesas (2018), acessido a 30 de Maio de 2018,

<https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/gabinete-de-apoio-ao-investidor-da-diaspora-gaid>

Portal das Comunidades Portuguesas (2018), acessido a 30 de Maio de 2018,

[https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/gabinete-de-apoio-ao-emigrante-gae.](https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/gabinete-de-apoio-ao-emigrante-gae)

Ramos, M. (2000), "Economic integration of Portugal in the European Union: effect on direct investment, migration and employment" in Globalisation, Migration and Development, Paris, OECD, pp. 158-179.

Ratha, D. (2005), Leveraging Remittances for International Capital Market Access, November 18. World Bank, Washington, DC.

Ratha, D. (2006), "Trends, Determinants and Macroeconomic Effects of Remittances," in: Global Economics Prospects 2006: Economic Implications of Remittances and Migration, World Bank, Washington, D.C.

Rother, S. (2009), Changed in migration? Philippine return migrants and (un) democratic remittances. European Journal of East Asian Studies, 8(2): 245-274.

Russell, S (1995), "The Impact of International Migration on Sending Countries" Presented at State Department Conference on Latin American Migration: The foreign Policy Dilemma (March).

Sander, C. (2003), “Migrant Remittances to Developing Countries - A Scoping Study: Overview and Introduction to Issues for Pro-Poor Financial Services.”, Prepared for DFID. (http://www.livelihoods.org/hot_topics/docs/Remitstudy.pdf)

Sousa, M. & Batista, C. (2011), Como Fazer Investigações, Dissertações, Teses e Relatórios. Lisboa: Lidel.

Stark, O. (1991), The Migration of Labor. Blackwell, Cambridge and Oxford UK.

Taylor, E. J. (1999), The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process, *International migration*, 37(1), 63-88.

Vargas-Silva, C., Vargas, C., & Ruiz, I. (2006), Are Remittances Inflationary? Let’s Ask the Central Bank.

Woodruff, C., and R. Zenteno (2007), “Remittances and Microenterprises in Mexico.” *Journal of Development Economics* 82 (2): 509–28.

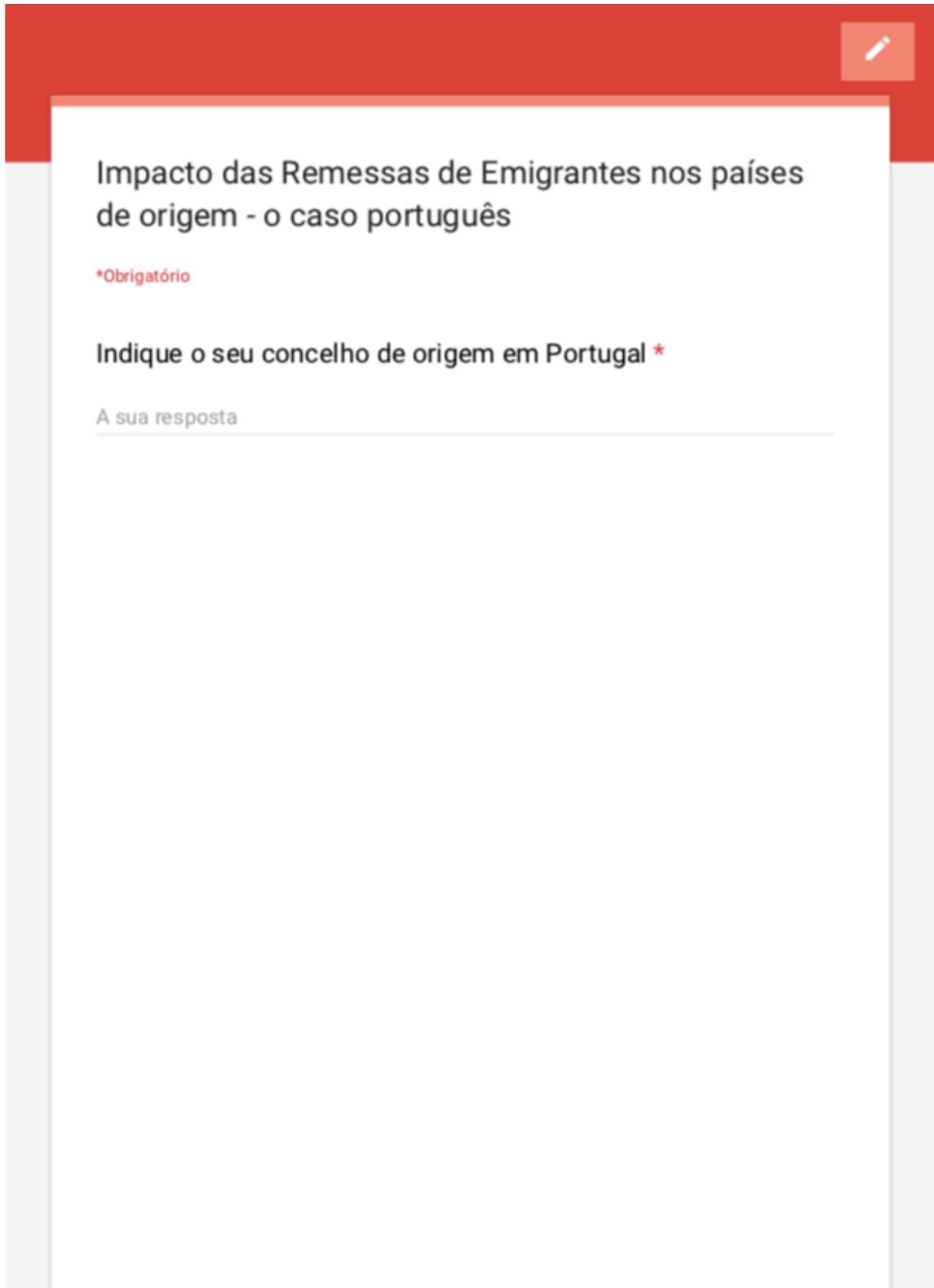
World Bank (2018), Migration and Development Brief 29: April 2018, Migration and Remittances Team, World Bank, Washington, DC, available at: http://www.knomad.org/sites/default/files/201804/Migration_and_Development_Brief_29.pdf

Yang, Dean (2004), International Migration, Human Capital, and Entrepreneurship: Evidence from Philippine Migrants’ Exchange Rate Shocks. University of Michigan, Ann Arbor.

Yang, Dean, and HwaJung Choi (2005), “Are Remittances Insurance? Evidence from Rainfall Shocks in the Philippines.” Research Program on International Migration and Development. DECRG. Mimeo. World Bank.

Anexos

Anexo 1: Questionário dirigido aos portugueses residentes no estrangeiro



The image shows a screenshot of a survey form. At the top right, there is a red header bar with a white pencil icon. The main content area is white and contains the following text:

Impacto das Remessas de Emigrantes nos países de origem - o caso português

***Obrigatório**

Indique o seu concelho de origem em Portugal *

A sua resposta

País de Residência *

- África do Sul
- Alemanha
- Angola
- Bélgica
- Luxemburgo
- Brasil
- Canadá
- Espanha
- Estados Unidos da América
- França
- Países Baixos (Holanda)
- Itália
- Reino Unido
- Venezuela
- Suíça
- República Popular da China
- Irlanda
- Outro

Sexo *

- Masculino
- Feminino

Idade *

- Até 30 anos
- Entre 30 e 50 anos
- Entre 50 e 70 anos
- Mais de 70 anos

Estado Civil *

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Viúvo (a)
- Divorciado (a)

Escolaridade *

- Sem Instrução
- Ensino Básico
- Ensino Secundário e pós Secundário
- Ensino Superior

Há quanto tempo vive fora de Portugal *

- Menos de 10 anos
- Entre 10 e 30 anos
- Entre 30 e 50 anos
- Mais de 50 anos
- Desde sempre

Situação Profissional *

- Conta Própria
- Conta de Outrem
- Desempregado
- Estudante
- Reformado/Incapacitado

Em que sector de actividade económica trabalha *

- Sector Primário - Agricultura; Pecuária; Extrativismo vegetal; Caça; Pesca; Mineração;
- Sector Secundário - Construtor Civil; Empregados Fabris; Pedreiro; Electricista; Carpinteiro; Indústria;
- Sector Terciário - Professor; Médico; Gestor; Bolsista; Comerciante;
- Não sabe/Não responde/ Não se aplica

Com que frequência envia remessas (dinheiro) para o seu país *

- Mensalmente
- Trimestralmente
- Semestralmente
- Anualmente
- Raramente
- Não envio

Como envia as suas remessas (dinheiro)

- Serviços Bancários
- Correios/Agências
- Familiares/Conhecidos
- Outros

Qual é a percentagem do seu rendimento destinado para o envio de remessas

- Até 10%
- De 11% a 30%
- De 31% a 50%
- Mais de 51%

Principal motivo pelo qual envia remessas

- Intuito de garantir à família um determinado conforto financeiro (parte de uma estratégia de disseminação de risco)
- Assume que se sente "obrigado" a enviar remessas por vínculos emocionais (essencialmente familiares)
- Desde o investimento ou empreendimento empresarial, até ao consumo pessoal
- Reembolsar as dívidas que a família acumulou de forma a pagar a sua migração ou faz pagamentos com base em um acordo feito com a respectiva família (pagamento da viagem)

Principal forma de como aplica as suas remessas (indique 2 opções)

- Apoio familiar / comunidade
- Saude e Educação
- Poupança (essencialmente via produtos bancários)
- Investimento (construção, imobiliário, etc..)
- Lazer
- Outros

Tenciona investir no seu concelho de origem *

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sabe/Não responde

Com que frequência visita Portugal *

- Uma vez por ano
- Duas a três vezes ao ano
- Várias vezes ao ano
- Raramente

Pretende regressar definitivamente a Portugal *

- Curto Prazo (daqui a 1 a 2 anos)
- Médio Prazo (daqui a 3 a 9 anos)
- Longo Prazo (mais de 10 anos)
- Não pretendo regressar
- Não sabe/Não responde/Não se aplica

SUBMETER

Nunca envie palavras-passe através dos Formulários do Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Termos adicionais](#)

Google Formulários



Anexo 2: Questionário dirigido aos G.A.E.

Gabinete de Apoio ao Emigrante (G.A.E.) do concelho de ? *

Texto de resposta curta

Quantas solicitações recebem anualmente ? *

- Entre 0 e 50
 - Entre 50 e 150
 - Entre 150 a 300
 - Mais de 300
-

Em que meses do ano recebem mais solicitações (indique 3 opções) *

Janeiro

Fevereiro

Março

Abril

Maio

Junho

Julho

Agosto

Setembro

Outubro

Novembro

Dezembro

De que países de acolhimento são a maior parte das solicitações (indique 3 países) *

África do Sul

Alemanha

- Bélgica
- Luxemburgo
- Brasil
- Canadá
- Espanha
- Estados Unidos da América
- França
- Países Baixos (Holanda)
- Itália
- Reino Unido
- Venezuela
- Suíça
- República Popular da China
- Irlanda
- Outro

Principal faixa etária de quem solicita *

- Até 30 anos
- Entre 30 e 50 anos
- Entre 50 e 70 anos
- Mais de 70 anos

Consegue indicar a percentagem de solicitações que têm em vista o regresso a Portugal?

- Entre 0% e 25%
- Entre 25% e 50%
- Entre 50% e 75%
- Mais de 75%

Indique quais as principais áreas solicitadas para aconselhamento (escolha 3 opções) *

Area Social

Area Jurídica

Area Económica

Area de Investimento

Area de Emprego

Area de Ensino

Anexo 3: Guião de entrevista



Entrevista Qualitativa - "Impacto das Remessas de Emigrantes nos países de origem - o caso português"

***Obrigatório**

Indique o seu 1º e último nome *

A sua resposta

Qual é a sua opinião sobre o impacto económico das remessas de emigrantes em Portugal? *

A sua resposta

Considera que as autoridades portuguesas estão a aproveitar o potencial das remessas de emigrantes como forma de contribuição para o desenvolvimento económico do país? Porquê? *

A sua resposta

Que tipo de iniciativas as autoridades portuguesas poderiam tomar de forma a promover o aproveitamento e incremento deste fluxo financeiro? *

A sua resposta

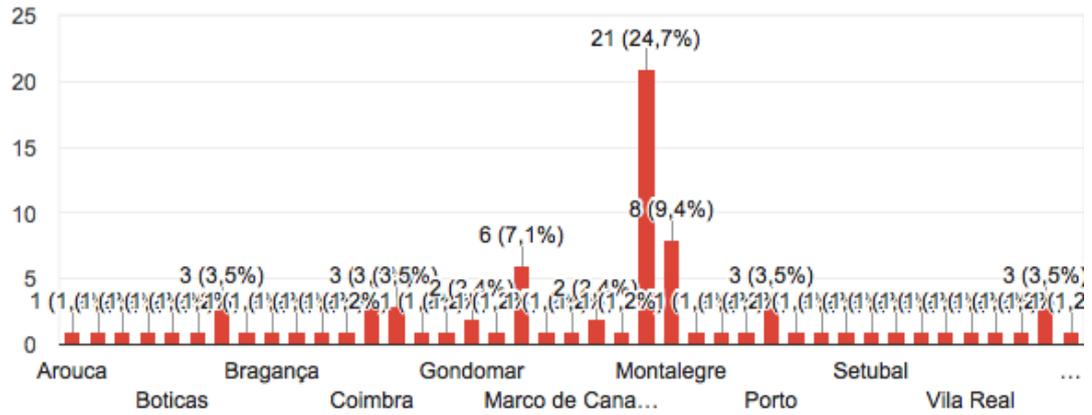
SUBMETER

Nunca envie palavras-passe através dos Formulários do Google.

Anexo 4: Naturalidade (A)

Indique o seu concelho de origem em Portugal

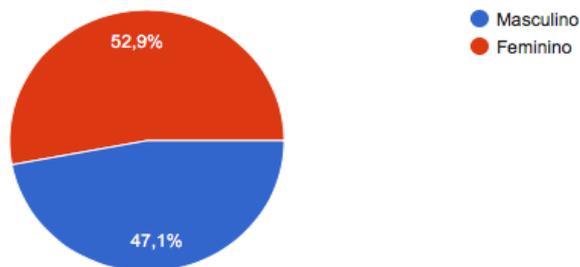
85 respostas



Anexo 5: Género (A)

Sexo

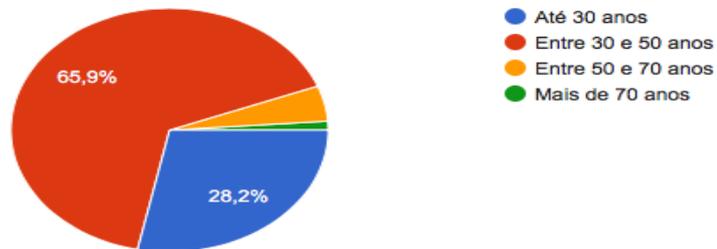
85 respostas



Anexo 6: Faixa Etária (A)

Idade

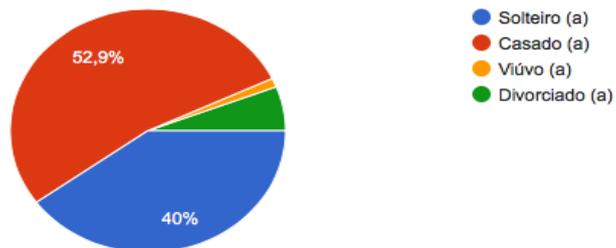
85 respostas



Anexo 7: Estado Civil (A)

Estado Civil

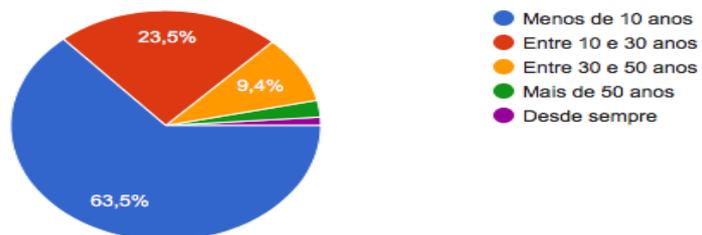
85 respostas



Anexo 8: Tempo emigrado (A)

Há quanto tempo vive fora de Portugal

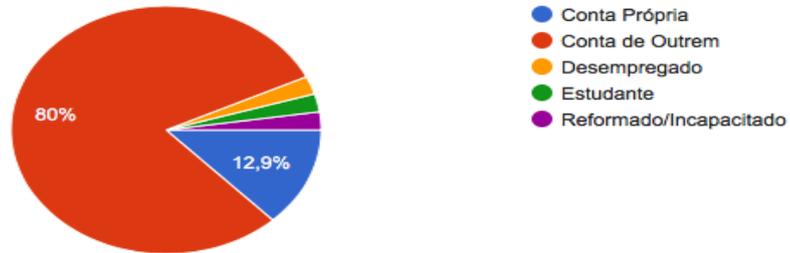
85 respostas



Anexo 9: Situação Profissional (A)

Situação Profissional

85 respostas



Anexo 10: Sector de Atividade Profissional (A)

Em que sector de actividade económica trabalha

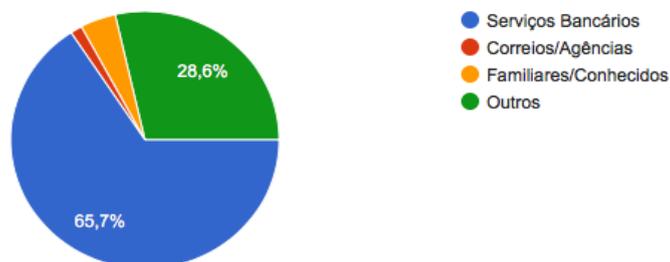
85 respostas



Anexo 11: Método de envio (A)

Como envia as suas remessas (dinheiro)

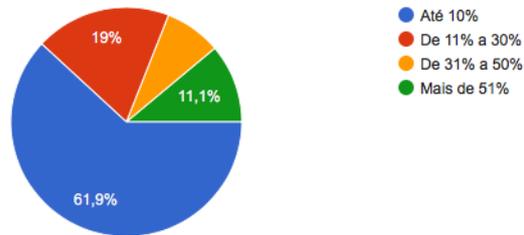
70 respostas



Anexo 12: Percentagem de rendimento destinado para o envio de remessas (A)

Qual é a percentagem do seu rendimento destinado para o envio de remessas

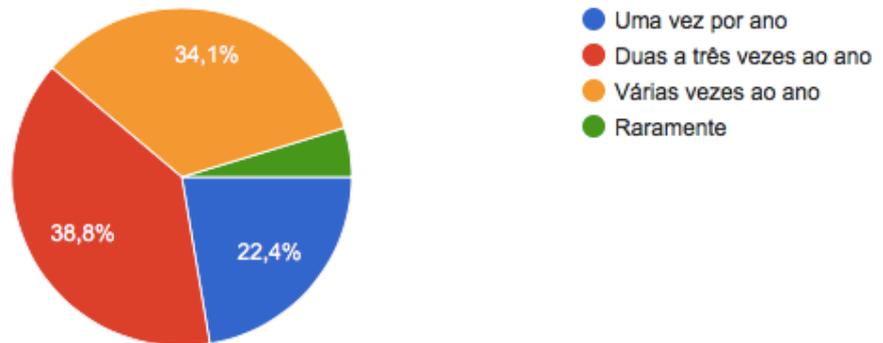
63 respostas



Anexo 13: Assiduidade de visita a Portugal (A)

Com que frequência visita Portugal

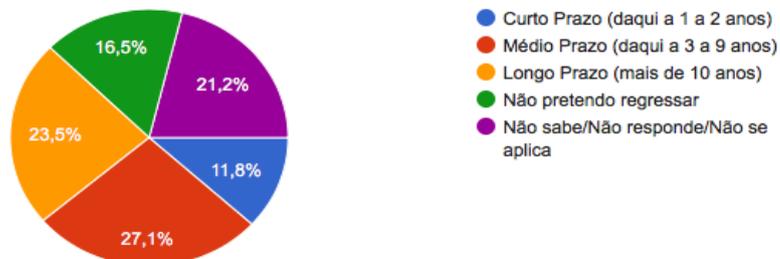
85 respostas



Anexo 14: Regresso definitivo a Portugal (A)

Pretende regressar definitivamente a Portugal

85 respostas



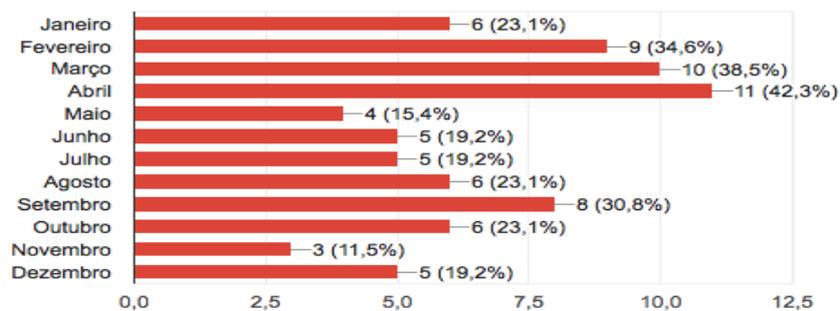
Anexo 15: Municípios (B)

Alfândega da Fé	Terras do Bouro	Leiria	Resende	São Pedro do Sul	V.N. de Foz Côa
Moimenta da Beira	Valongo	Ourém	Vieira do Minho	Guimarães	
Montalegre	Ponte de Lima	Chaves	Ribeira da Pena	Faro	
Ílhavo	Cinfães	Vila de Rei	Vimioso	Lousã	
Esposende	Caminha	Mêda	Espinho	Vila Real	

Anexo 16: Sazonalidade (B)

Em que meses do ano recebem mais solicitações (indique 3 opções)

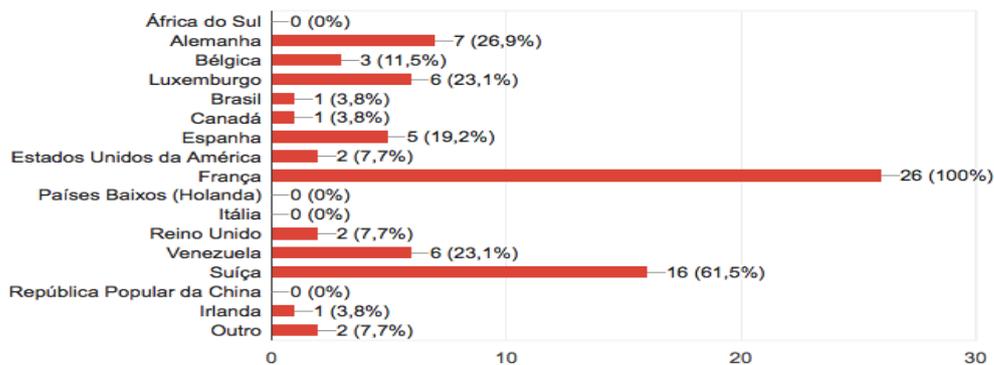
26 respostas



Anexo 17: Proveniência de quem solicita (B)

De que países de acolhimento são a maior parte das solicitações (indique 3 países)

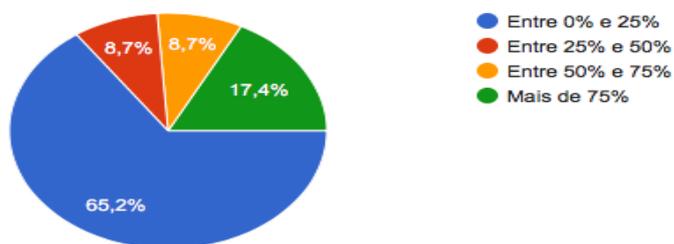
26 respostas



Anexo 18: Perspectiva de regresso a Portugal (B)

Consegue indicar a percentagem de solicitações que têm em vista o regresso a Portugal?

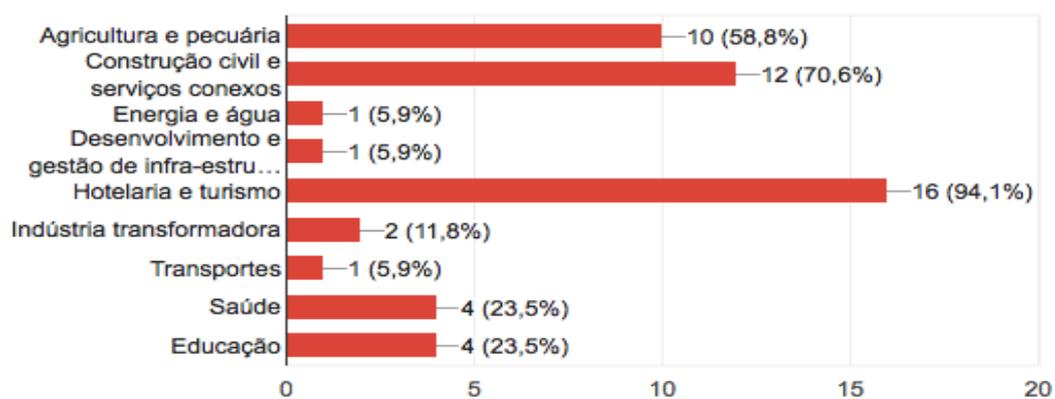
23 respostas



Anexo 19: Componente de investimento (B)

Quais são as áreas de investimento em que se verifica maior interesse (indique 3 opções)

17 respostas



Entrevista Qualitativa - “Impacto das Remessas de Emigrantes nos países de origem - o caso português”

Indique o seu 1º e último nome *

Manuela Tender

Qual é a sua opinião sobre o impacto económico das remessas de emigrantes em Portugal? *

Apesar de terem vindo a registar uma queda progressiva, considero que as remessas dos emigrantes têm ainda hoje um importante impacto económico em Portugal. Já foi maior, se considerarmos apenas as remessas financeiras, mas a tradicional poupança e envio direto de remessas tem dado lugar a uma atividade com significativo impacto na economia portuguesa através do investimento no setor imobiliário e da dinamização da economia sobretudo ao nível do turismo e do comércio, sentido muito especialmente a nível microeconómico nas regiões mais deprimidas, onde a vinda dos emigrantes representa um contributo especial para a sobrevivência/sustentabilidade de empresas do setor imobiliário bem como do pequeno comércio, hotelaria e restauração. Nalgumas localidades do interior, a construção, reabilitação ou aquisição de imóveis é dominada pelos emigrantes, nalguns casos é mesmo exclusiva. Este investimento tem um importante impacto direto e indireto na economia portuguesa.

Considera que as autoridades portuguesas estão a aproveitar o potencial das remessas de emigrantes como forma de contribuição para o desenvolvimento económico do país? Porquê? *

Creio que as autoridades portuguesas têm consciência do importante impacto das remessas dos emigrantes para o desenvolvimento económico do país mas também da mudança de paradigma que a emigração sofreu e que se repercutiu no volume dessas remessas e na forma de vida dos nossos emigrantes que se alterou profundamente ao longo das últimas décadas. Assim, tendeu a substituir-se algumas medidas avulsas sobretudo do setor financeiro como bonificação de taxas de juro das poupanças de emigrantes ou redução da taxa de juro no crédito à habitação por medidas direcionadas para captação de investimento e para a atração turística, pela criação de Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, pela organização de eventos de promoção turística e de promoção de produtos "made in Portugal", pelo esforço de organismos como a AICEP na afirmação da marca de Portugal, entre outras.

Que tipo de iniciativas as autoridades portuguesas poderiam tomar de forma a promover o aproveitamento e incremento deste fluxo financeiro? *

Julgo que o esforço das autoridades portuguesas não deve centrar-se apenas na promoção do aproveitamento ou incremento deste fluxo financeiro mas também na intensificação das relações entre os Portugueses que residem no território nacional e os que residem fora, procurando reforçar redes de comercialização que constituam verdadeiros esteios para as nossas exportações e para a captação de investimento, facilitando o conhecimento de oportunidades de negócio e reduzindo a burocracia que ainda subsiste e afasta alguns investidores, dotando os Gabinetes de Apoio ao Emigrante de pessoal qualificado e definindo medidas suscetíveis de gerar respostas céleres e eficazes que permitam ao emigrante resolver todos os seus problemas num curto espaço de tempo. Na minha opinião, a redução da burocracia é urgente e deve ser acompanhada dum possível acesso "online" a mais serviços, se necessário com apoio por recursos humanos qualificados. Contraproducente parece-me o progressivo encerramento de balcões de Bancos portugueses de capital público ou privado como tem vindo a acontecer com a CGD nos EUA, no Luxemburgo ou na África do Sul. Este afastamento das entidades financeiras contribui, também, para a perda de clientes e de divisas.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Entrevista Qualitativa - "Impacto das Remessas de Emigrantes nos países de origem - o caso português"

Indique o seu 1º e último nome *

Ramos

Qual é a sua opinião sobre o impacto económico das remessas de emigrantes em Portugal? *

Aqui temos de distinguir entre a geração mais antiga e a mais recente de emigrantes. A primeira, que viveu a carência do Portugal do séc. XX pós-II Guerra Mundial e que emigrou com o objetivo de amealhar e regressar, preocupou-se com o aforro de dinheiro em Portugal, mas raramente esse dinheiro foi aplicado na criação de uma empresa. A geração mais recente nem isso faz: pretende constituir família no país para onde emigrou, ter casa própria, viver com qualidade de vida, viajar..., não sendo o aforro ou empreendedorismo em Portugal um objetivo. Por vezes há empreendedorismo, mas é no país para onde emigrou e muito raramente ele pensa em transplantá-lo para Portugal.

Considera que as autoridades portuguesas estão a aproveitar o potencial das remessas de emigrantes como forma de contribuição para o desenvolvimento económico do país? Porquê? *

Não estão porque no geral o dinheiro permanece "inanimado" nos Bancos, sem que gere empreendedorismo. Para gerar negócios, criação de emprego e maior retorno económico, ver o que anotei na pergunta seguinte.

Que tipo de iniciativas as autoridades portuguesas poderiam tomar de forma a promover o aproveitamento e incremento deste fluxo financeiro? *

Acho que na maior parte das vezes falta aconselhamento económico, ou seja, consultoria nas áreas, p. ex., agrícola, silvícola, serviços, pequeno-industrial... Essa incumbência poderia ser feita pelas câmaras municipais pela maior proximidade com as gentes, sobretudo do Interior do país, mas para isso são precisos bons técnicos.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários